



**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA**

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física – PPGCAF

REGINA CELIA COUTO CATARINO

INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATRAVÉS DO  
ATLETISMO

Niterói

2022

REGINA CELIA COUTO CATARINO

INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATRAVÉS  
DO ATLETISMO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Atividade Física. Área de Concentração: Atividade Física, Cultura e Sociedade. Linha de pesquisa Educação Física, Atletismo e Inclusão Social. Projeto de pesquisa do Orientador Professor Doutor Roberto Ferreira dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Roberto Ferreira dos Santos

Niterói

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação<sup>3</sup>

Catarino, Regina Celia Couto.

Inclusão social das pessoas com deficiências através do atletismo.

C357 Regina Celia Couto Catarino. -- Niterói, RJ, 2022.

xii, 13-98p.; il., color., graf., tabs.

[Numeração da publicação: [i] – xii, 13-98].

Referência(s): P. 65-67.

Apêndice(s): P. 68-93.

Anexo(s): P. 94-98.

Orientador: PhD. Roberto Ferreira dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física) – Universidade Salgado de Oliveira, 2022.

1. Inclusão social – Atividade física. 2. Educação inclusiva - Atletismo.  
3. Educação especial - Atletismo. 4. Aluno com deficiência. I. TÍTULO

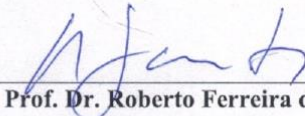
CDD 371.9098153

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

**REGINA CELIA COUTO CATARINO**

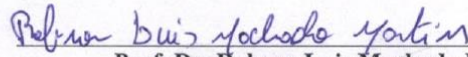
**“INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATRAVÉS DO  
ATLETISMO.”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências da Atividade Física, aprovada no dia 25 de novembro de 2022 pela banca examinadora, composta pelos professores:



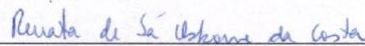
**Prof. Dr. Roberto Ferreira dos Santos**

Professor do PPG em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira  
(UNIVERSO)



**Prof. Dr. Robson Luis Machado Martins**

Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



**Prof.ª Dr.ª Renata de Sá Osborne da Costa**

Professora do PPG em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira  
(UNIVERSO)



## **DEDICATÓRIA**

Gratidão é a palavra que define minha trajetória até aqui.  
A Fernando, meu companheiro de vidas, meu amor, que acredita mais em mim que eu mesma, que sempre me incentiva a seguir, caminhando ao meu lado.  
A meus filhos, Fernanda e Vinícius que me incentivam, acompanham e me fizeram conhecer o amor incondicional. Olivia, meu pontinho de luz e amor nesse mundo tão conturbado.

## **AGRADECIMENTO**

A todos que me acompanham até aqui, mesmo os que não estão pertos, fisicamente, se fazem presentes, com boas energias.

Ao meu orientador, professor Roberto Ferreira dos Santos, que com sua atuação acadêmica e de pesquisador, me incentivou a procurar sempre a excelência, cuja orientação foi pautada na confiança, no respeito e na amizade.

Aos professores do mestrado, pelo conhecimento, escuta e incentivo durante as aulas, especialmente à professora Doutora Renata Osborne e o Professor Doutor Carlos Alberto, pelo profissionalismo, competência e empatia. Gratidão!

A minha família, sempre emanando amor, amizade, união!

CATARINO, Regina C. C. Inclusão das Pessoas com Deficiências através do Atletismo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2022.

## RESUMO

A inclusão e escolarização das pessoas com deficiências é um tema muito instigante e controverso, atualmente. As Políticas Públicas e práticas pedagógicas não tem sido suficiente para garantir a inclusão dos alunos á sala de aula regular, participando das aulas de Educação Física, junto a seus pares. É necessário que os profissionais de educação reconheçam a igualdade de aprender como início do fazer pedagógico e as diferenças no ensino-aprendizagem como processo e finalidade. Neste percurso escolar, a inclusão dos alunos com deficiências do Complexo Desportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro, localizado em Araruama, Estado do Rio de Janeiro vem corroborar que é possível incluí-los a partir de um projeto de Atletismo, no contra turno escolar, com atividades físicas coordenadas por um profissional de Educação Física, duas vezes por semana. O Atletismo atuando como ferramenta de inclusão social.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os efeitos de um projeto de inclusão social envolvendo o Atletismo, sobre aspectos psicomotores e sociais de alunos com deficiências. Utilizamos a abordagem qualitativa, que além de permitir desvendar processos sociais pouco conhecidos, no que se refere a grupos particulares, proporciona a criação de novas abordagens, revisão e elaboração de novos conceitos e categorias durante a investigação. O trabalho conta com dois instrumentos para a coleta dos dados: a entrevista e a análise documental. Foram entrevistados dez professores de Educação Física do colégio polo e dez responsáveis de alunos com deficiências, além de ‘escutas informais’ de profissionais que atuam na escola e participam do dia a dia escolar, anotações, leitura de relatórios, fotos e vídeos foram utilizados para a confecção deste estudo. Com a utilização dos instrumentos para a coleta de dados e análise dos mesmos averiguou-se que a prática constante de atividades físicas, no contra turno escolar, contribuiu de forma efetiva na melhoria dos aspectos comportamentais, físicos e emocionais dos alunos participantes desta pesquisa. Após a análise de todos os resultados obtidos, sugeriu-se à Secretaria de Educação da cidade de Araruama, Rio de Janeiro, que ofereça este tipo de atividade aos alunos com deficiências de toda a Rede Municipal, de forma rotineira.

Palavras chave: Inclusão Social; Alunos com Deficiências; Atletismo.

*CATARINO, Regina C. C. Inclusion of People with Disabilities through Athletics. Dissertation (Master's in Physical Activity Science). Salgado de Oliveira University, Niterói, 2022*

## **ABSTRACT**

The inclusion and schooling of people with disabilities is a very exciting and controversial topic today. Public policies and pedagogical practices have not been enough to guarantee the inclusion of students in the regular classroom, participating in Physical Education classes, together with their peers. It is necessary that education professionals recognize the equality of learning as the beginning of pedagogical practice and the differences in teaching and learning as a process and purpose. In this school journey, the inclusion of students with disabilities from the Sports Complex of Excellence and Teaching Quality Professor Darcy Ribeiro, located in Araruama, State of Rio de Janeiro, confirms that it is possible to include them from an Athletics project, in the afternoon school, with physical activities coordinated by a Physical Education professional, twice a week. Athletics acting as a tool for social inclusion.

The present study aimed to analyze the effects of a social inclusion project involving Athletics on psychomotor and social aspects of students with disabilities. We used a qualitative approach, which, in addition to revealing little-known social processes, with regard to particular groups, provides the creation of new approaches, review and elaboration of new concepts and categories during the investigation. The work has two instruments for data collection: the interview and document analysis. Ten Physical Education teachers from the polo school and ten guardians of students with disabilities were interviewed, in addition to 'informal listening' of professionals who work at the school and participate in the school's daily life, notes, reading reports, photos and videos were interviewed. used for the preparation of this study. With the use of instruments for data collection and analysis, it was found that the constant practice of physical activities, in the after-school shift, contributed effectively to improving the behavioral, physical and emotional aspects of the students participating in this research. After analyzing all the results obtained, it was suggested to the Secretary of Education of the city Araruama, Rio de Janeiro that it offer this type of activity to students with disabilities throughout the Municipal Network, on a routine basis.

**Keywords:** Social Inclusion; Students with Disabilities; Athletics.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro – Complexo Educacional e Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro

TAs – Tecnologias Assistidas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Projeto Político Pedagógico

CONFEF – Conselho Federal de Educação Física OMS

– Organização Mundial da Saúde

MEC – Ministério da Educação e Cultura

CNE – Conselho Nacional de Educação

CAAE – Certificação de Apresentação de Apreciação Ética

IAAF – Associação das Federações Internacionais de Atletismo

UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

## PÁGINAS

Tabela 1:- Das Categorias .....	49
Gráfico 1- A Inclusão Social às Aulas Regulares: .....	50
Gráfico 2 - Técnicas e Estratégias Pedagógicas: .....	52
Gráfico 3 - Políticas Públicas:.....	53
Gráfico 4 - Benefícios da Participação em Eventos Desportivos no Contraturno Escolar:	54
Gráfico 5 - Benefícios da Participação em Eventos Desportivos no Contraturno Escolar:	55
Gráfico 6 - Escolas:.....	57
Gráfico 7 - Participações dos Alunos com Deficiências no Projeto de Atletismo no Contraturno Escolar: .....	58
Gráfico 8 - Benefícios Enumerados Pelos Responsáveis: .....	59
Gráfico 9 - Inclusão das Pessoas com Deficiências na Sociedade: .....	60
Gráfico 10 - Onde Começa a Inclusão Social?:.....	61
Gráfico 11 - A Escolarização das Pessoas com Deficiências: .....	62

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	13
1.1 - Justificativa.....	17
1.2 – Ojetivo Geral.....	17
1.3 – Ojetivo Específico.....	18
2 – INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	19
2.1 - As Leis .....	19
2.2 - Qualidade de Vida e Exercícios Físicos .....	23
3 – REFERENCIAL TEÓRICO – A SOCIOLOGIA E A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	26
3.1 – Sociologia e os Fatos Sociais .....	26
3.2 – História das Pessoas com Deficiência.....	27
3.3 – O Amparo Legal .....	29
3.4 – O Atletismo, a Inclusão Social e a Sociologia .....	29
3.5 – A História do Atletismo.....	33
3.6 – O Atletismo no Brasil .....	34
4 - METODOLOGIA .....	36
4.1 – Contexto, Participantes e Instrumentos para Coleta de Dados .....	39
4.2 – Critérios Relativos a Credibilidade, Ética e a Confiabilidade do Estudo .....	44
4.2.1 – Triangulação .....	44
4.2.2 – Ética .....	44
4.2.3 - Autorreflexividade .....	45
5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	47
5.1 - Categorização .....	47
5.2 - A Inclusão Social nas Aulas Regulares .....	48
5.3 - Técnicas e Estratégias Pedagógicas.....	50
5.4 - Políticas Públicas.....	52
5.5 - Benefícios da Participação em Eventos Desportivos no Contraturno Escolar	53
5.6 - Escolas.....	56
6 - ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS .....	57
6.1 - Participação dos Alunos com Deficiências no Projeto de Atletismo no Contra Turno Escolar .....	57
6.2 - Benefícios Enumerados pelos Responsáveis .....	58

6.3 - Inclusão das Pessoas com Deficiências na Sociedade.....	59
6.4 - Onde começa a Inclusão Social? .....	60
6.5 - A Escolarização das Pessoas com Deficiências .....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	68
APÊNDICE B– Carta de Apresentação .....	71
APÊNDICE C – Carta de Autorização .....	72
APÊNDICE D – Entrevista – Professores de Educação Física .....	73
APÊNDICE E – Entrevista – Responsáveis pelos Alunos com Deficiências.....	74
APÊNDICE F – Artigo Publicado (Questões sempre atuais na nossa escola: Uma revisão sobre violência e inclusão).....	75
ANEXO 1 – Termo de Autorização do Comitê de Ética.....	94
ANEXO 2 - Relatório de Autenticidade da Dissertação – CopySpider.....	97



## 1 - INTRODUÇÃO

Este estudo que apresentamos como dissertação de mestrado nasceu a partir das angústias e inquietações que surgiram ao longo da nossa própria prática pedagógica e atuação como professora de Educação Básica. Especificamente nas aulas de Educação Física, os alunos –diferentesl, os deficientes, física ou cognitivamente, ficavam sempre a parte, não participavam das aulas. Veladamente, ficavam fora ou nas salas com outros professores, e ali permaneciam isolados, sozinhos. Apesar das leis que amparam e garantem os direitos das pessoas com deficiências, os mesmos não são efetivados, visto que muitos alunos não participam das aulas de Educação Física. A partir de legislações mais atuais e específicas, de Políticas Públicas para os diferentesl, os deficientes, as instituições de ensino sistematizadas precisaram fazer valer as leis. Logo, esses indivíduos saíram da invisibilidade e apareceram nas escolas, nas salas de aula regulares. Deu-se início a integração nas escolas, aos deficientes.

De acordo com a professora Maria Teresa Eglér Mantoan, uma sociedade que se pretende justa através da universalização de seus direitos tem que dar oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação e que isso se inicia na escola pública e, portanto, devemos: –Ensinar a turma toda sem exceções e exclusõesl.

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhes é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares. O sucesso de aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. –As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteçal (MANTOAN, 2003, p.38)

Dados fornecidos por diferentes indicadores sociais que analisam a inclusão das pessoas com deficiências demonstram que isso pouco acontece, seja no mercado de trabalho, na educação básica, e nas barreiras físicas e imateriais impostas pela sociedade brasileira contemporânea. Nas aulas de Educação Física, não há participação deste público. É possível sairmos da rotina da Educação Física que tomou conta das unidades escolares e transformou muitos profissionais de Educação Física em professores conformados com o sistema. Contudo entendemos que "o esporte é aquilo que se fizer dele." Betti (1991). A partir desta constatação pensamos que a "Educação Física Escolar será o que se fizer dela",

os profissionais da área são responsáveis pelo sucesso e insucesso das aulas e da aquisição do conhecimento dos alunos.

A exclusão de alunos aparentemente não habilitados, deficientes ou que não correspondam as expectativas dos professores de Educação Física que direcionam suas aulas para o famoso quadrado mágico, futebol, vôlei, basquete e handebol, são fatos que empobrecem o currículo escolar, defasando assim as metodologias de ensino, permanecendo na mesmice, corroborando com a exclusão social. Nesse sentido, Santos e Paulino, (2008) fazem a seguinte consideração:

“Acreditamos que está na educação, sem dúvida, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto almejamos. Nos dias de hoje as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças são banalizados em nosso cotidiano, e a escola, sem dúvida, reflete e reproduz estas relações” (SANTOS e PAULINO, 2008, p.11).

É de domínio do Estado Brasileiro sua pouca atuação, em face de políticas públicas governamentais inexpressivas e de pouco alcance sendo colocadas como desafios para as suas TAs. (Tecnologias Assistivas):

1. Os produtos assistivos para a prática de esporte raramente são personalizados para cada usuário e TAs muitas vezes são adquiridas sem embasamento técnico;
2. Há poucos recursos disponíveis com qualidade técnica que permitam a superação de barreiras para a prática de esporte;
3. Frequentemente, os ambientes e outras variáveis determinantes para a usabilidade de produtos assistivos não são avaliados corretamente por profissionais, como educadores físicos ou de outras áreas, capacitados a realizar esta avaliação;
4. As bibliotecas não oferecem equipamentos de qualidade e com usabilidades suficientes para todas as pessoas com deficiência;
5. Sem disponibilizar amplificadores sonoros (equipamentos que deixam o som mais limpo e sem ruídos de fundo, como o Hearing Loop) e Sistema FM, pessoas com aparelho auditivo ou implante coclear têm mais dificuldade de usufruir de conteúdos sonoros.
6. É necessário um sistema eficiente para garantir a usabilidade dos produtos existentes no mercado nas áreas de esporte, turismo, cultura e lazer, que tenha metas claras, métodos de avaliação, dados adequados e feedback de todos os atores envolvidos. (Org. GARCIA; CARLOS, 2017, p.165-167).

Para as pesquisadoras Guirlanda M. M. de C. Benevides e Maria de L. Alencar, de acordo com a Nota Técnica nº 01/2018 do Censo Demográfico de 2010/IBGE, do total de 190,7 milhões de pessoas no Brasil, 12,7 milhões de pessoas foram declaradas com deficiência grave (6,7%); 32,8 milhões, com deficiência leve (17,2%); e, cerca de 145,0

milhões, sem deficiência (76,1%). As referidas pesquisadoras ainda destacaram que do total da população com deficiência grave, em relação ao grau de instrução quase 50,0%, ou seja, 6,1 milhões tinham o ensino fundamental completo ou incompleto; seguido do ensino médio, com 1,7 milhões, cerca de 13,9%; e, no ensino superior, o equivalente a 656 mil, aproximadamente 5,3 %. Em idade produtiva para o trabalho, considerada a faixa de idade de 15 a 64 anos, foram identificadas 7,9 milhões de pessoas com deficiência grave, potencialmente apta para o trabalho, equivalente a 4,2% da população total, Benevides ; Alencar, (2020, p. 2). Um número mais preocupante é que, embora não existam dados oficiais, estima-se que apenas 10% dessa população pratique algum tipo de atividade física regular Soler, (2005); Gutierrez et al. (2010).

Em resumo, é da própria natureza das relações sociais contemporânea as barreiras impostas para as pessoas portadoras de deficiência terem um pleno acesso a sua cidadania. Cabe a nós, reunirmos e pensarmos em trilhar os caminhos para tentar superá-las.

## **O Atletismo**

O atletismo nas escolas há muito tempo vem sendo colocado em segundo plano, dando espaço aos jogos coletivos que grandiosamente vem sendo difundidos entre os profissionais da área de Educação Física que atuam, principalmente, do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. Essa modalidade como qualquer outro esporte deve ser vista no espaço escolar como movimentos naturais que o ser humano executa, independente de técnicas e treinamentos, porém é possível pensar na adaptação e interpretação recreativa, mesmo não negando a tendência ao rendimento e a competição que o atletismo provoca na sua essência.

Os resultados virão como consequência de um trabalho conjunto entre a escola, o professor e o aluno por meio de uma pedagogia de participação mútua onde o respeito ao pensamento e a criação devem estar presentes. Podemos repensar novas metodologias de ensino, onde irão ajudar o aluno a conhecer o atletismo como esporte, como processo de inclusão social e um meio de movimento prazeroso que poderá levar a resultados excelentes, no desenvolvimento global, inserindo-o no contexto social do seu grupo, descobrindo-se capaz de movimentarem-se nas mais diferentes formas de expressão.

O atletismo pode ser oportunizado por meio de jogos e brincadeiras adaptado às especificidades de cada aluno, que leve a uma compreensão dos movimentos realizados na modalidade.

De acordo com Freire, (1989), a educação física escolar deve ser valorizada na dinâmica escolar, não necessitando servir como coadjuvante ou complementar com outras disciplinas. O objetivo da disciplina é o de facilitar e promover o desenvolvimento da criança no ambiente escolar e na sua vida pós-escola. "Na verdade, o que a escola deve buscar não é que a criança aprenda esta ou aquela habilidade para saltar ou para escrever, mas que através dela ela possa se desenvolver plenamente" (FREIRE, 1989, p. 76).

Apesar da abordagem desenvolvimentista que determina a escola e a Educação Física, segundo o autor citado anteriormente são desencadeadoras ou auxiliares do desenvolvimento individual a fim de formar pessoas mais completas, mais criativas que possam ser autônomas e independentes.

Ainda, há a dúvida sobre a proposta de João Batista Freire, sobre a ordem natural e a ordem social como no iluminismo J. J. Rousseau, do século XVIII, em sua defesa da igualdade total entre os indivíduos como fator principal de uma sociedade justa. Por conta disto Rousseau preconizava que todos deveriam ser tratados da mesma maneira, tanto politicamente, quanto socialmente.

A cultura infantil, natural, do brincar, pular, saltar, correr, como movimentos naturais e a escola tradicional, como a ordem social atuando com imposições e regras, impedindo a criança de movimentar-se livremente, naturalmente. –Nessa perspectiva, a educação física teria por finalidade preservar a condição natural humana das crianças, estimulando suas habilidades motoras e seu desenvolvimento corporal e libertando-a do jugo do contrato social representado pela escola tradicional (FREIRE, 1989, p.21).

Por outro lado, identificamos que historicamente a prática de esportes entre pessoas portadoras de alguma deficiência teria sido realizada na **virada do século XIX para o século XX**. A partir desse período a prática de esportes entre pessoas com alguma deficiência foi se tornando uma prática comum no momento em que os avanços da medicina passaram a buscar formas de dar aos deficientes mais funcionalidade e melhor qualidade de vida. Alguns registros indicam que a primeira competição do tipo foi organizada, em 1948, por Ludwig Gutmann, no tratamento de seus pacientes com lesões medulares.

Entretanto, a primeira Paralimpíada só teria acontecido, em Roma, em 1960 e desde 1988, é realizada no mesmo local que sedia os Jogos Olímpicos. A cada quatro anos, o mundo para, para assistir aos Jogos Olímpicos, o maior evento poliesportivo do planeta. Assim também acontece com os atletas que possuem algum grau de deficiência física ou mental. Os Jogos Paralímpicos são o evento poliesportivo realizado entre diferentes

modalidades jogadas por atletas com alguma deficiência.

A primeira participação do Brasil aconteceu em 1972, e nossa primeira medalha veio em 1976. No Brasil existe o Comitê Paralímpico Brasileiro, e o país é considerado uma potência paralímpica, portanto, temos que pensar a prática do esporte das pessoas com deficiência na esfera da possibilidade de profissionalização e para isso nos propomos a investigar e refletir sobre esse tema neste presente trabalho.

### **1.1- Justificativa**

Em nossa análise nos propomos a investigar o comportamento social e psicomotor dos alunos com deficiências que participam de atividades físicas no projeto de Atletismo, em comparação aos que não participam do projeto e não possuem nenhuma iniciação desportiva o que entendemos por demais relevante o que justificou a realização deste trabalho. Este projeto de Atletismo tem por finalidade, iniciar exercícios físicos com os alunos com deficiências diversas de uma determinada escola pública municipal, no contra turno escolar, selecionada por possuir pista de Atletismo oficial, localizada no município de Araruama, promovendo assim a inclusão social. Os alunos são selecionados através da matrícula efetivada e frequência à Sala de Recursos e necessitam estar matriculados, na escola regular, na escola pública municipal C.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro. A seleção contemplou alunos com deficiências diversas para realização de atividades físicas ligadas ao Atletismo. Estes exercícios foram dirigidos e orientados por um professor de Educação Física, com horários pré-determinados de 50 minutos de aula, das 8.00 às 17.00h, às segundas e terças-feiras, desenvolvendo a lateralidade, força dos membros superiores e inferiores, velocidade, integração social, agilidade, a inclusão social e o respeito às regras, adquirindo, desta forma, uma melhor qualidade de vida, redução de intervenções medicamentosas e elevação da autoestima.

### **1.2 – Objetivo Geral**

Investigar os efeitos de um projeto de inclusão social envolvendo o Atletismo, sobre aspectos psicomotores e sociais de alunos com deficiências de uma determinada escola pública municipal de Araruama, RJ.

Araruama, um município brasileiro situado no interior do estado do Rio de Janeiro. Sua população, conforme estimativa do IBGE de 2020 era de 136. 109 habitantes, sendo a segunda maior população da Região dos Lagos. O município de Araruama tem seu território marcado por planícies e alguns lagos, entre os quais a Lagoa de Araruama e a Lagoa de Jurnaíba – está situada entre os municípios de Araruama e Silva Jardim.

Geograficamente, Araruama é o maior município da Região dos Lagos.

Araruama tem uma economia bastante crescente e variada, sendo considerada a segunda maior economia da microrregião em que pertence. A economia de Araruama vem crescendo ao longo dos anos. Os principais setores da economia de Araruama são: Industrial: o sal é bem abundante em Araruama (extraído principalmente no distrito de Praia Seca, é um dos maiores de todo o Estado e todo o País); o setor Rural: plantados e cultivados nos distritos de São Vicente e Morro Grande, representando a menor porcentagem da economia da cidade; o Setor Pesqueiro e o comercial onde se destaca o turismo de verão.

### **1.3 – Objetivos Específicos**

Quais melhorias nos aspectos psicomotores e sociais foram observadas após a intervenção?

Quais são os benefícios alcançados pelos alunos com deficiência que praticam atividades físicas regularmente?

Como os benefícios alcançados pelos alunos com deficiência serão comprovados?

## **2 - INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **2.1- As Leis**

No artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948, está expressa que todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos e dignidade. -Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. A partir daí, e tendo-a por base, foram redigidas declarações de cunho universal ou regional, sempre assegurando os direitos dos seres humanos ou situações específicas de pessoas ou grupos humanos determinados de atenção especial. Assim, foram contemplados pela ONU, os Pactos de Direitos Humanos, em 1966, e muitos tratados e convenções internacionais afirmando como direito, a igualdade essencial de todos, proibida qualquer espécie de discriminação. E nesse conjunto de instrumentos normativos aparece com grande ênfase a garantia de educação igual, para todos, que é uma das metas do milênio estabelecidas pela ONU, evidenciando-se a importância fundamental da educação para a garantia da inserção social, requisito indispensável para o desenvolvimento e a preservação da dignidade dos seres humanos.

No plano nacional a Lei de Diretrizes e bases da Educação, - Lei 9394/96, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, em seu artigo Art. 58, ressaltou que: -Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Para tanto, a hipótese que norteou nossa análise partiu do princípio de que os alunos com deficiência de uma determinada escola pública municipal de Araruama, que praticam Atletismo, durante 50 minutos, duas vezes por semana, no contra turno escolar, observaram maior frequência escolar, inclusive nas aulas de Educação Física, aumento da força muscular superior e inferior, maior agilidade e velocidade do que os alunos que não praticam. Espera-se também que estes alunos ampliem sua interação social, participando mais efetivamente de outros eventos escolares.

O ambiente escolar preza pela legitimidade e legalidade embasadas em muitos documentos legais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Declaração de Salamanca, a Base Comum Curricular Nacional dentre outros. E é nesse ambiente que acolhe a todos, que se ancoram os princípios da educação integral

em que todo processo educativo deve estar pautado, a partir do completo desenvolvimento do aluno: cognitivo, social, psicomotor, emocional, físico e afetivo. Também reconhece que o seu público tem ritmos e tempos diferentes de aprendizagem e que essas especificidades devem ser consideradas, respeitadas e trabalhadas. O tempo hoje, século XXI, clama por uma escola inclusiva.

A partir de 2016, com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiências, o que já era legal, consolidou-se. A educação inclusiva é um direito. O Direito dos alunos com deficiências de frequentar as escolas regulares é um deles!

Art. 1º. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Já em seu capítulo

IV:

#### DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.



Na esfera de unidade escolar o Projeto Político Pedagógico, um documento ímpar que norteia o viés político e a ideologia da instituição, sistematizando e organizando a metodologia utilizada na instituição escolar, vem como instrumento norteador, garantir o acesso ao currículo, com condições de igualdade, facilitando e promovendo a autonomia e independência do aluno.

Um projeto político-pedagógico representa uma intenção, ação deliberada, estratégia. É político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações. Todo educador deve ter definido o seu projeto político-pedagógico. Essa definição orienta a sua prática no nível da sala de aula: a relação que estabelece com os seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como o trata científica e metodologicamente, bem como os valores e a lógica que desenvolve nos alunos. É preciso que cada educador tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que eleger para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.15)

Neste cenário, a inclusão social das pessoas com deficiências é real e presente, com destaque e amparo legal seguindo o princípio da inclusão. Numa determinada escola pública municipal de Araruama, Rio de Janeiro, nosso objeto de análise, o Projeto Político Pedagógico, o PPP contempla a inclusão, em todas as ações pedagógicas e permite que todos os alunos e funcionários pratiquem a inclusão social, que é uma constante. A Sala de Recursos atende aos alunos com deficiências, complementando e suplementando diversas atividades pedagógicas, no contra turno escolar, visando facilitar e consolidar o processo ensino- aprendizagem.

Na escola pública municipal citada anteriormente, é oferecido a seus alunos toda a estrutura necessária ao desenvolvimento educacional e integral. Foi construída pensando na formação efetiva e integral dos alunos, com forte vocação para os esportes. Possui instalações acessíveis, como:

#### A - INSTALAÇÃO DE ENSINO

24 salas de aula, sala da direção, sala dos professores, Laboratório de Informática e Ciências, sala de Recursos Multifuncionais, salas de Língua Portuguesa e Produção Textual, Matemática e Geometria, Vídeo e Arte, quadras de esportes coberta e descoberta, piscina semiolímpica, pista de Atletismo oficial, cozinha, biblioteca, Sala de Leitura, vestiários com chuveiros, banheiros, banheiro adaptado à Educação infantil e às pessoas

com deficiências ou mobilidade reduzida, secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório, pátios coberto e descoberto, área verde.

#### B - INFRAESTRUTURA

Alimentação escolar para os alunos, Água filtrada; água, energia e esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta periódica, internet, banda larga, acesso à Internet;

#### C - EQUIPAMENTOS

Televisões, DVD, copiadora, impressora, aparelho de som, projetor multimídia (Datashow), lousa digital.

#### D - TURMAS

Atendimento Educacional Especializado AEE (2) Manhã e tarde; Ensino

Fundamental (36) Manhã e tarde, média de alunos por turma,30;

EJA Ensino Fundamental- Anos finais (4) Noite, média de alunos por turma,15.

#### E - EQUIPE TÉCNICO-CIENTÍFICA E DE APOIO

Diretor e diretor adjunto, Orientação educacional (sendo 1 com deficiência) e pedagógica, coordenadores de turno, Professores de Educação Básica (sendo 5 com deficiências). Todos os funcionários desta Unidade escolar são efetivos, admitidos segundo concurso público.

Cozinheiras, merendeiras, auxiliar de serviços gerais, inspetores, secretários, auxiliar administrativo, porteiro.

Total de alunos matriculados no ano de 2022: 1.140

Total de alunos com deficiências: 29

Total de funcionários: 248

A unidade Escolar possui uma área de 10.940 m<sup>2</sup>, com ampla vocação para o desenvolvimento de habilidades desportivas o Colégio tem a capacidade de atender mais de 1.200 alunos, divididos nas seguintes modalidades de ensino, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Ensino Fundamental – Anos Finais, Regular, EJA (Educação de jovens e adultos). É nesse cenário que esta pesquisa foi desenvolvida, focando nos alunos com deficiências, visando uma inserção social.

Sendo assim, surgem as dúvidas e as questões que norteiam este estudo:

Por que alunos com deficiências não participam das aulas de Educação Física, regularmente?

Por que nas aulas de Educação Física ficam sentados apenas, assistindo de maneira passiva?

É certo que às vezes, o professor de Educação Física esquece que é um profissional da educação e que ocupa um papel de destaque na formação da sociedade e de seu papel de agente transformador, pois possui em suas mãos, o poder de dialogar mais informalmente com seus alunos, num ambiente mais acolhedor. Qual é o aluno que não gosta de conversar variados assuntos com seu professor?

A escola tradicional resiste à inclusão dos alunos, pois reflete a própria deficiência em aceitar o outro, em viver e conviver com a diversidade negando as diferenças como condição humana num planeta tão diverso, onde a convivência com o outro é sempre muito sadia, e a escola é um espaço de inclusão, pois abarca diversas culturas, gêneros, etnias, pessoas diferentes e é através dessas diferenças que o ser humano soma e se reconstrói, evolui, se posiciona diante desta nossa sociedade que exclui, o que é diferente.

De acordo com Mantoan, (2003) incluir o aluno é necessário, fundamental para melhorar as condições da escola, de maneira que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida, sem preconceitos, sem barreiras.

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (MANTOAN, 2003, p.30).

Neste sentido a Educação Física pode e deve atuar reflexivamente, instigando e promovendo atividades diversificadas, tornando visível o que está invisível, mas está lá, sentado, assistindo a aula, na quadra, onde todos correm, saltam. Corroborar por uma prática inclusiva, com atitudes em que se criem vínculos, de forma natural, com o (re) conhecimento do outro como pessoa de direitos, onde a invisibilidade vai dar lugar à empatia, a confiança, ao respeito e a amizade.

## **2.2 - Qualidade de Vida e Exercícios Físicos**

Muitos fatores interferem na qualidade de vida das pessoas. A ciência e a pesquisa científica são fundamentais para aprofundar o conhecimento humano, produzi-lo e

beneficiar as relações sociais. A educação Física como um componente curricular da escolarização de alunos vem contribuir e enriquecer essas relações sociais e as funções biológicas e a preservação da saúde, através de indicadores que o exercício físico proporciona.

A Carta Brasileira de Educação Física (CONFEEF, 2000) define o objeto da Educação Física da seguinte forma:

"A Educação Física no Brasil, que invariavelmente deve constituir-se numa Educação Física de Qualidade, sem distinção de qualquer condição humana e sem perder de vista a formação integral das pessoas, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, terá que ser conduzida pelos Profissionais de Educação Física como um caminho de desenvolvimento de estilos de vida ativos nos brasileiros, para que possa contribuir para a Qualidade de Vida da população." (CONFEEF, 2000, p. 4)

Em outro documento referencial para a atuação profissional, o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEEF, 2003), cita a relação entre a Educação Física e qualidade de vida e é expressa de maneira ainda mais intensa, não só porque reafirma as citações anteriores, mas menciona o meio científico.

"A Educação Física afirma-se, segundo as mais atualizadas pesquisas científicas, como atividade imprescindível à promoção e à preservação da saúde e à conquista de uma boa qualidade de vida." Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEEF, 2003).

A Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde (CONFEEF, 2004) evidencia que,

"A Profissão Educação Física, com seus conhecimentos específicos sobre as diferentes condições, conceitos e possibilidades metodológicas de promover programas de atividades físicas e esportivas para a sociedade, considerada por essa razão de forma contundente como elemento imprescindível para a consecução dos objetivos de saúde e qualidade de vida da população, quando aplicada de forma qualificada, competente, responsável e ética, certamente poderá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e fortalecimento dos anseios e dos direitos de cidadania."

Mais do que simplesmente desenvolver habilidades físicas ou psicomotoras a inserção no mundo do esporte a partir da educação básica também tem como objetivo a formação completa do indivíduo para o exercício pleno de sua cidadania.

A expectativa da Educação Física escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.27/28).

O esporte como ferramenta de inclusão social, cumpre sua tarefa de reflexão e ação, ao ampliar as possibilidades corporais à ação pedagógica, ligadas diretamente aos professores de educação física. Sendo assim, institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de esporte escola e não como o esporte "na" escola. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.48).

Ainda refletindo como o esporte, mais especificamente o atletismo vem corroborar com práticas pedagógicas que promovam a inclusão social. No livro O Coletivo de Autores – Metodologia do Ensino de Educação Física há comprovações científicas que esta prática esportiva contribui na inclusão social:

O atletismo inclui as práticas do correr, saltar e arremessar/lançar. Essas práticas foram criadas pelo homem. O seu desenvolvimento e evolução são consequências da elaboração cultural.

O significado dos seus fundamentos encontra-se na solução que deve ser dada ao problema de maximizar a velocidade (correr), desprender-se da ação da gravidade (saltar) e jogar distante (arremessar/lançar). (p.50/51).

O esporte tem por características aumentar o convívio social, melhorar a concentração, aprimorar a condição física e desenvolver habilidades diversas, além disto, possui regras rígidas que devem ser respeitadas por seus praticantes. Neste contexto, entendo que o Atletismo pode ser usado como ferramenta de inclusão social e melhoria das condições físicas e emocionais das pessoas com deficiência.

### **3 - REFERENCIAL TEÓRICO - A SOCIOLOGIA E A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DIFICIÊNCIAS**

#### **3.1- Sociologia e os Fatos Sociais**

A Sociologia nasceu da crise provocada pela degradação do sistema feudal e pelo surgimento do capitalismo. As transformações decorrentes deste processo abalaram todos os setores da sociedade europeia e logo após atingiram a maior parte do mundo. As relações humanas na sociedade sempre foram motivo de estudo para a sociologia.

No início do século XIX, Augusto Comte, considerado o pai da sociologia, com ideias positivistas publicou seu primeiro volume: Curso de Filosofia Positiva, onde afirmou seu objeto de estudo, com fundamentos filosóficos e ideológicos, -as relações sociais. Comte afirmava que o -consenso deveria ser o fato social dominante à formação, consolidação e a sobrevivência das sociedades humanas. Segundo ele, a base da coesão social é o -consenso, que é indispensável a vida em grupo. (MURAD, 2009, p.23).

A seguir, Comte elaborou um método de caráter geral que sustentasse um trabalho científico, tarefas próprias do processo de investigação e de produção de novos saberes.

É assim que são desenvolvidas as ciências que estão nascendo: dão vida a seu -objeto e seu -método. Émile Durkheim (1858 – 1917) foi o precursor do -método que resultou no livro: -As Regras do Método Sociológico. A partir daí foi considerado sociólogo, pois até então era apenas filósofo. Durkheim afirma que os fatos sociais devem ser tratados como -coisa, isto é, com distanciamento, com objetividade e neutralidade.

Comte e Durkheim, do ponto de vista político, cada um a sua maneira, foram sociólogos -conservadores. Comte muito mais que Durkheim. Eram a favor da ordem burguesa e da sociedade capitalista. Suas atitudes e pensamentos influenciaram e corroboraram com suas teorias. Não existe teoria científica sem ideologia.

Sendo assim, a sociologia surgiu como ciência, a partir da afirmação histórica do capitalismo, enquanto estrutura social e do poder da burguesia como nova classe dominante. A sociologia e o positivismo tentaram dar -legitimidade científica ao regime burguês e capitalista que se afirmava que estava fundamentado no poder do capital, trabalho especializado, tecnologia avançada, produção industrial, desenvolvimento da ciência, comércio intenso que deu origem ao mercado global imperialista, dentre outras bases sócio econômicas, políticas e ideológicas.

O evolucionismo e o etnocentrismo foram dois pilares de sustentação ideológicos para alcançar a intenção política. O evolucionismo configurava ideais da teoria da evolução

de Darwin no âmbito histórico, da sociedade e da cultura, associando o capitalismo como –o auge da evolução da sociedade na história. |

Assim, evolucionismo e etnocentrismo atuaram como recursos ideológicos para justificar a dominação política, a opressão social e a exploração econômica. São dimensões macrosociais da exclusão social. A exclusão é um exemplo para ambos, evolucionismo e etnocentrismo. Os diferentes, deficientes, eram um grupo a parte da sociedade.

Todo esse processo histórico acontecia de maneira muito peculiar, por meio do imperialismo (ou neocolonialismo) – dominação política e exploração econômica –, no contexto de afirmação do capitalismo, conjuntura esta que é a mesma do desenvolvimento das ciências sociais, desenvolvimento liderado pela sociologia positivista. Esta, como já vimos, era politicamente conservadora, ou seja, a favor dos poderes estabelecidos. Mas, atenção: o positivismo influenciou muito a primeira sociologia, não toda a sociologia. (MURAD, 2009, p.27).

### 3.2 - História das Pessoas com Deficiências

Para entender a inclusão social das pessoas com deficiências será necessário conhecer um pouco como se deu o cotidiano das pessoas com necessidades especiais através do tempo. É certo que muitas pessoas nascem com algum tipo de deficiência e outras, por variados motivos, tornam-se deficientes ao longo da vida.

Assim, é correto afirmar que a inclusão social das pessoas com deficiências é social e foi historicamente construída.

Nas cidades estados gregas da Antiguidade Clássica como, em Atenas, quando nascia uma criança, celebravam com festa para todos. Quando isto não acontecia era certo que era um deficiente, cabendo ao pai, exterminá-lo.

Nós matamos os cães danados, ou touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (SÊNECA: –Sobre a Ira, II. Moises, 1977. P. 14).

Em Esparta, os deficientes eram considerados sub-humanos, sendo eliminados ou abandonados. Na era anterior ao Cristianismo era costume jogar as crianças espartanas deficientes no precipício. As leis romanas determinavam morte aos diferentes ao nascer. Contudo, proibiam a morte intencional de crianças com menos de 3 anos de idade, exceto no caso de a criança ter nascido com alguma mutilação ou ser considerada monstruosa. Para casos como este a lei previa a morte ao nascer Silva, (1987). No fim da Antiguidade,

com o Cristianismo, o deficiente passou a possuir alma e sendo assim não poderia ser exterminado, pois seria inconcebível à moral cristã.

Na Idade Média as incapacidades físicas e mentais eram um sinal da era celeste ou castigo de Deus, gerando assim ritos misteriosos de exorcismo, uma prática comum aplicada aos deficientes. Sobrevivia de esmolas, a margem da sociedade, que os consideravam excluídos. No final da Idade Média e início da Idade Moderna, a Inquisição flagelou todos que considerava diferentes do padrão normal. Produto da insensibilidade da sociedade.

A partir do século XV, uma nova era surgia na Europa. Os deficientes eram vistos como parte da sociedade, sendo igualados aos pobres e aos doentes. No século seguinte a teologia de Lutero (séc. XVI) concebeu o deficiente como primário e tendencioso, afogá-lo ou -orar por elel eram as práticas utilizadas. Nesse contexto, os médicos Paracelso e Cardano iniciaram um movimento e a defesa das ideias de que os deficientes mentais eram um problema médico, hereditário, não acreditando que pudessem ser curados. Cabia aos médicos a decisão sobre a vida e a morte.

No século XVII, Thomas Willis afirmou e comprovou que alterações anatômicas no cérebro geravam as doenças mentais. A ciência dando lugar ao ceticismo fanático religioso.

No início do século XIX, iniciativas individuais, coletivas e institucionais determinaram o avanço na integração das pessoas com deficiências. As pessoas com deficiências eram um problema pedagógico mais que médico. A sociedade se protegia do deficiente de maneira jurídica, pois a Constituição do Brasil (1824) privava-o do direito político, mas amparava-o através de assertiva onde previa a instrução primária e gratuita para todos.

No final do Império a situação dos deficientes ficou ainda mais difícil, pois o descaso da sociedade com a educação popular era uma prática e não havia necessidade de mão de obra. A educação dos deficientes surgiu a partir de iniciativa isolada de familiares e de algumas pessoas que, sensibilizadas com o problema, se organizaram para desenvolver ações que pudessem beneficiar as pessoas deficientes.

A partir de 1950 houve um significativo aumento no número de instituições de ensino especializadas e a sociedade começou a valorizar o direito à escolarização das pessoas com deficiências. Historicamente, os pais e responsáveis tem grande peso nesta escolarização.



### **3.3 - O Amparo Legal**

Muitos documentos tiveram grande importância com relação ao respeito a todo o ser humano, às diferenças, à dignidade, à educação e às possibilidades de cada um, independentemente, das condições físicas de cada ser humano (Declaração dos Direitos Humanos, 1948). Um conjunto de direitos fundamentais civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, direitos esses fundamentais à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção de todas as crianças, inclusive aquelas com necessidades especiais (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989). O direito à educação para todos foi ratificado e considerado imprescindível para um mundo mais seguro, mais sadio e próspero (Conferência Mundial de Educação Para Todos, 1990). A garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiência, com vistas à integração sinaliza um novo momento para educação especial (Declaração de Salamanca, 1994). A eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e consequente eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização também foram destacados nestes documentos (CONVENÇÃO INTRAAMERICANA, 1999).

### **3.4 - O Atletismo, a Inclusão Social e a Sociologia**

O atletismo tem sua história considerada tão antiga quanto a própria origem do homem, pois constatamos que é uma modalidade que se desenvolveu através de algumas capacidades do homem. Na Grécia antiga o atletismo surgiu proporcionando o aparecimento dos antigos Jogos Olímpicos. Descrever a origem do –esporte reil é fundi- las com as origens do ser humano pois correr, saltar, arremessar, marchar, ou até mesmo realizar estes movimentos simultaneamente, são aptidões do homem desde os tempos das cavernas Colli, (2004).

A inclusão é, com certeza, um caminho a seguir, respeitando-se às diferenças e especificidades de cada indivíduo. Neste sentido, o atletismo vem contribuir para sanar rupturas sociais, instabilidades emocionais e físicas, desenvolvimento de habilidades, maior frequência escolar e redução de fármacos às pessoas com deficiências.

Pensar em pessoas com deficiência praticando esportes, como o atletismo, nos remete a um tipo de comportamento nada comum em nossa sociedade. O preconceito é um fato social que sempre ocorreu com frequência em nossa sociedade.

A instituição escolar, uma invenção da modernidade trouxe o modelo positivista, que exerce grande influência nas práticas pedagógicas escolares, evidenciando o conhecimento formal, o conhecimento científico. Dessa maneira, classifica todos os alunos

por níveis de desenvolvimento iguais. Atualmente, no âmbito educacional, há políticas públicas e movimentos que visam romper esse modelo cartesiano de conhecimento. A inclusão escolar das pessoas com deficiências.

A nossa Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todas à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. (MANTOAN, 2003, p. 22.)

Os críticos da sociologia positivista Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 – 1895), passaram a defender uma sociologia crítica, oposta ao capitalismo a burguesia, ao evolucionismo, ao etnocentrismo e a tudo que vinha desse sistema. Afirmavam que a mudança profunda na estrutura social, só seria possível após uma revolução, como princípio teórico definidor, como prática política de sua sociologia crítica. Esses mesmos autores defendiam o papel social de sua teoria: Transformar o mundo e não apenas interpretá-lo; Max Weber muito influenciado por Marx no início assumiu uma independência radical, autônoma, onde pensava a sociologia como uma teoria de poder, contrário à sociologia positivista.

Segundo Murad, (2009) Max Weber desenvolveu interpretações sociológicas diversificadas, quase sempre com apurado grau de erudição histórica e filosófica e. na educação física escolar existe possibilidade de aplicação prática de saberes relacionados aos conceitos de desenvolvimento cognitivo e linguagens corporais; corpo e instituição; representações de gêneros e imaginário; liderança e idolatria; rituais; religiosidade e educação escolar; etnocentrismo e socialização; esportes e identidades; aspectos antropológicos e socioeconômicos da nutrição e da saúde; sociologia da saúde preventiva e não medicalizada; interação, formas de interação social e jogo, como a discussão sobre os limites dos –jogos cooperativos; cultura, cultura local, folclore e recreação; meio ambiente, turismo, jogos e esportes; atividades de comunicação formal e informal; ética, direito e legislação; lazer, entretenimento, espetáculo, tempo livre e gestão; inclusão e exclusão; necessidades especiais e envelhecimento, entre outros assuntos. Esses conhecimentos servem para comprovar que a sociologia e as ciências afins podem atuar

com fundamentação, à profissionalização do professor de educação física em sua atuação com práticas pedagógicas, especialmente nos jogos cooperativos, muito frequentes nesta área.

E com o capitalismo foi avançando, também a exclusão social dos incapacitados, física e ou intelectualmente. Os menos utilizáveis eram utilizados para a produção industrial; comandar as máquinas.

Na época feudal, não era tão explícita, sentida as diferenças, pois se adaptavam com mais facilidade ao trabalho braçal, a mão de obra rudimentar. K. Marx (1818 – 1883) afirmou que o capitalismo tomou posse das pessoas com deficiências, principalmente, as físicas, preenchendo lacunas geradas por empregos e remuneração baixa, inferiores ao mínimo estabelecido, gerava maior segregação e grande lucro às empresas.

Na década de vinte, Henry Ford, estabeleceu taxas fixas, de remuneração para pessoas com deficiências em suas fabricas automotivas. Nas palavras de Ford:

[...] se mostra totalmente desnecessária a exclusão dos deficientes das fábricas, embora a imensa maioria destas tenham assim procedido há mais de um século. Expulsam a torto e direito os deficientes dos ramos de trabalho. Quanta imbecilidade e falta de visão sobre o futuro. Mal imaginam que esta atitude intempestiva e de uma ignorância econômica atroz fomenta fenômenos como a mendicância. Penso totalmente diferente. Os deficientes devem ser empregues nas fábricas, tornando a caridade desnecessária, visto que aqueles que antes pareciam incapazes de ganhar a própria vida e eram retirados das classes produtivas passam novamente a ocupar lugar neste ambiente. Como fazer isso? Simples. Em todo processo produtivo existem funções em que o trabalhador não precisa de muita mobilidade para realizar. Algumas delas, aliás, exigem um comportamento estático sob risco de perda da vida ou de membros. Limpeza e desobstrução das máquinas e caldeiras é apenas um destes exemplos. Estas funções podem perfeitamente ser desenvolvidas pelos deficientes. Minhas fábricas já estão a adotar este sistema. Todas possuem uma grande quantidade de deficientes para executar aquelas operações consideradas como de alto risco. Olhem a vantagem deste engenho. Se colabora com a redução desta peste social, que é a mendicância, e ainda se contrata o trabalhador a um preço muito abaixo do que aquele que pagaríamos para um homem sadio. E os deficientes não têm o porquê reclamar. De expulsos a empregados com baixos salários é um avanço significativo. Ajudamos a sociedade e nos ajudamos. Pena que não tenha percebido isto antes. Teria feito mais lucro e dado menos dinheiro nas portas das igrejas e nas esquinas das ruas. (GLEESON, 1999, p.27/28)

Assim o capitalismo, não se vestiu de nenhum tipo de pudor quando o que está em jogo é o lucro.

As condições biofísicas do indivíduo, sob a ótica médica e social, determinada por

padrões que a sociedade impõe, criou uma barreira de segregação na sociedade, –a deficiência é algo imposto, sob a base de nossas lesões, pela maneira como somos desnecessariamente asilados e excluídos da plena participação na sociedade. Gleeson, (1999, p.3-4). Assim, a deficiência poderia ser explicada, somente como um fato social (uma noção de ideais de Émile Durkheim): a opressiva sociedade capitalista.

[...] a deficiência não é um produto de falhas individuais, mas um fenômeno socialmente criado, por isso, as explicações para a mudança de seu caráter opressivo devem ser buscadas na transformação da sociedade... A incapacidade de andar representa uma lesão, enquanto que a incapacidade de entrar em um edifício, pois a entrada apenas pode ser realizada por um lance de degraus, é uma deficiência. Definição lacônica, mas extremamente efetiva para um repensar do fenômeno abordado. (MORRIS, 2011, p.25)

Isto não é utopia. Segundo Oscar Wild (1996, p.90) –um mapa do mundo que não visualiza alguma forma de utopia não merece ser visto. A humanidade está sempre em processo de desembarque e ancoragem em novas terras. Terras que não estão dadas e precisam ser cultivadas, semeadas também de sonhos. Dessa maneira o futuro é o que fizermos dele.

A escola inclusiva, não se sustenta somente em fazer valer as leis. É muito mais! É aceitar as diferenças como parte da condição humana. Bobbio, (1997, p.25) relata que Rousseau, em seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, estabeleceu uma diferenciação entre desigualdades naturais (produzidas pela natureza) e desigualdades sociais (produzidas pelas relações de domínio econômico, espiritual, político). Para alcançar os ideais igualitários seria necessário eliminar as segundas, não as primeiras, pois estas são benéficas ou mesmo moralmente indiferentes.

A inclusão de jovens deficientes na sociedade não é missão exclusiva da escola. É um produto histórico de um tempo e de uma realidade contemporânea, uma época que necessita que deixemos de lado muitos estereótipos e pré-conceitos. Este trabalho vem abraçar a inclusão social e aliar a este fato social, o esporte, o atletismo como ferramenta poderosa e eficaz a favor de uma sociedade inclusiva. Através das diferenças individuais o atletismo se despe de paradigmas e colabora auxiliando na formação do cidadão, ciente que as diferenças ou habilidades fazem parte da diversidade humana.

### 3.5 - A História do Atletismo

A história do Atletismo acompanha o homem desde os tempos dos nossos ancestrais. E sua prática primitiva ajudou em sua sobrevivência, na luta pela fuga dos predadores e na busca por alimentos. Para isso era preciso correr, saltar obstáculos e lançar objetos. Precisamente por aprimorar e utilizar as habilidades básicas de correr, saltar e lançar, o homem garantiu sua história.

Aliás, há indícios da prática do Atletismo há pelo menos cinco mil anos, primeiro no Egito e na China e, logo depois, na Grécia, expandindo-se assim, pelo mundo todo.

Tudo isso explica porque, ao criar as competições esportivas, as primeiras provas realizadas fossem as atléticas. Na primeira Olimpíada registrada, a única prova foi uma corrida de aproximadamente 200 metros, que os gregos chamavam de -stadiuml. Isso aconteceu em Olímpia, na Grécia, em 776 AC, e o campeão foi Coroebus, representante da cidade de Élis.

Por uma feliz coincidência, na primeira edição dos Jogos Modernos, em Atenas, capital da Grécia, em 1896, o título inicial foi para um atleta: o norte-americano Jimmy Connolly ganhador da medalha de ouro no salto triplo.

O Atletismo recebeu seu formato moderno no começo do século 19, na Inglaterra. Basicamente, ele engloba as competições em estádio, como as corridas, saltos, lançamentos e provas combinadas. Durante o inverno no hemisfério norte é tradicional a disputa de eventos em ginásio. E há as corridas de rua, no campo (cross country), em montanha, a marcha etc.

Como nos Jogos da Grécia Antiga, o Atletismo permanece como o principal esporte olímpico dos tempos modernos. Tanto que o próprio Comitê Olímpico Internacional estabeleceu – até para efeito de distribuição dos recursos auferidos nos Jogos – que o Atletismo é o único esporte na categoria 1.

A criação da IAAF, sigla em inglês da Associação Internacional das Federações de Atletismo, deu credibilidade às competições. As regras foram escritas e os records homologados.

A importância do Atletismo, chamado de -esporte-basel, é sintetizada por uma frase que circula no meio olímpico: -Os Jogos Olímpicos podem acontecer apenas com o Atletismo. Nunca, sem elel.

### 3.6 - O Atletismo no Brasil

No Brasil, o atletismo começou a ser praticado no final do século XIX. A primeira competição foi realizada em 1914, no clube Espéria, na cidade de São Paulo. A prova, que tinha competições em 12 eventos, foi vencida por um dinamarquês radicado na cidade, chamado, Islovard Rasmussen. Com esta prova, a cidade de São Paulo entrava para a história do esporte brasileiro como a primeira cidade a realizar competições no país. Em 1921, o Clube Atlético Paulistano inaugurou o primeiro estádio para a prática do atletismo no Brasil. A primeira participação do Brasil nos Jogos Olímpicos foi em 1928 na Olimpíada de Paris, na França. A equipe brasileira na época tinha oito integrantes.

A primeira medalha conquistada pelo Brasil em Olimpíadas foi em 1952, nos Jogos Olímpicos de Helsinque, na Finlândia com Adhemar Ferreira da Silva conquistando o ouro no salto triplo batendo o recorde mundial com um salto de 16,22 metros.

Entretanto, quando se ensina o atletismo, logo se vê as facilidades de fazê-lo em qualquer local ou de ensiná-lo a qualquer de pessoas, com materiais e implementos que podem ser inclusive adaptados, uma vez que esta modalidade esportiva que favorece tais adequações. Se os materiais e implementos podem ser facilmente adaptados, se o espaço físico não necessariamente precisa ser o oficial e se suas provas propiciam grande motivação quando executadas, o que fica faltando então? Talvez disposição, planejamento e organização para realização desse trabalho, que deve partir daquilo que se tem de imediato, quer seja em relação ao espaço físico ou a acesso ao material e implementos específicos. (MATTHIESEN, 2007, p.14).

O atletismo precisa ser o motivo que justifique o desenvolvimento dos alunos levando-os a interação social e à autonomia. Saber compreender o atletismo é ir além de sua especificidade e abrange segundo Brodtman -Tredels (1997); (apud KUNZ, 1994), a dos outros participantes, principalmente daqueles que não possuem -habilidades para o esporte, ser capaz de visualizar componentes sociais que influenciam todas as ações sócio culturais no campo esportivo e saber questionar o verdadeiro sentido do esporte e por intermédio desta visão crítica poder avalia-lo.

Desta maneira, os alunos com deficiências que praticam atletismo serão oportunizados com atividades e movimentos naturais que o ser humano executa: marchar, correr, saltar e lançar objetos a distância. Oferecer aos alunos o acesso às aulas de atletismo, com professores de educação física, comprometidos e talentosos, respeitando-se as diferenças individuais, suas especificidades, habilidades e potencialidades com jogos

lúdicos da cultura corporal, evidenciando assim, um limite que muitas vezes, o próprio aluno desconhece.

#### 4 - METODOLOGIA

Abordagem qualitativa de pesquisa conduz a estudos de métodos de qualidade, utilizando procedimentos de coleta, análise e combinação de técnicas acadêmicas a fim de investigar os benefícios psicomotores e sociais adquiridos pelos alunos com deficiências, permanentes ou transitórias, com idade entre 8 e 18 anos, de uma determinada escola pública municipal de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, que participam de um projeto de atletismo, no contra turno escolar.

O projeto visa alcançar alunos matriculados na escola já referida anteriormente, com deficiências diversas, transitórias ou permanentes e com idade entre 08 e 18 anos. Alunos que não atenderem as três condições descritas anteriormente não farão parte do escopo do projeto

Historicamente, as pesquisas qualitativas iniciaram na segunda metade do Século XIX, em estudos sociológicos e antropológicos. No entanto, somente nos últimos 40 anos o método ganhou espaço reconhecido em outras áreas, como a Psicologia, a Educação e a Administração (Godoy, 1995). De acordo com (Bogdan, apud Triviños, 1987) há cinco características da pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave. Os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta de dados. Não pode ser substituído por nenhuma outra técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural;

A pesquisa qualitativa é descritiva, pois se preocupa em descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de transcrição de entrevistas, em narrativas, declarações, fotografias, desenhos, documentos, diários pessoais, dentre outras formas de coleta de dados e informações;

Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não com os resultados e produtos. A preocupação está em conhecer como determinado fenômeno manifesta-se;

Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente, isto é, as abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima; e

O significado é a preocupação essencial. Os pesquisadores qualitativos buscam compreender os fenômenos a partir do ponto de vista dos participantes.



Para desenvolver o método qualitativo de pesquisa, é necessário que o pesquisador tenha as seguintes habilidades e atitudes:

- capacidade para ouvir; evitando interromper o entrevistado;
- perspicácia para observar; aprender a ler nas entrelinhas;
- disciplina para registrar as observações e declarações; anotar tudo, inclusive os detalhes;
- capacidade de observação; estar atento a todos os sinais;
- organização no registro, na codificação e classificação dos dados; organização e categorização;
- paciência; muita tolerância, calma e atenção;
- abertura e flexibilidade; estar tranquila e com a mente aberta à novidades que possam acrescentar algo a pesquisa;
- capacidade de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos no processo; ser empático e ter bom relacionamento com o grupo;

Por um lado, por apresentar essas características e especificidades, a abordagem qualitativa é muito criticada. As críticas mais comuns, segundo Minayo, (1996, p. 36), são:

[...] o empirismo de que são acometidos muitos pesquisadores que passam a considerar ciência a própria descrição dos fatos que lhes são fornecidos pelos atores sociais.

[...]; a ênfase na descrição dos fenômenos em detrimento da análise dos dados; o envolvimento do pesquisador com seus valores, emoções e visão de mundo na análise da realidade; e a dificuldade em si de trabalhar com estados mentais.

Por outro lado, a restrição e a crítica à abordagem quantitativa não se dão em relação ao método ou à técnica utilizada. O que se questiona é a restrição da realidade social ao que pode ser observado e quantificado. Minayo, (1996, p. 36), já que o objeto de conhecimento é o homem e a sociedade. Esse objeto recusa-se –peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência.

Sendo assim, este estudo se configura por utilizar o método qualitativo, pesquisa qualitativa, que visa promover o entendimento sobre o fenômeno de escolha de uma forma de metodologia que tem por característica a análise dos significados que os indivíduos dão as suas ações, no espaço que constroem as suas vidas e suas relações sociais.

Toda investigação científica começa com o estabelecimento de uma questão de pesquisa e necessita de um cronograma com etapas claras a serem seguidas:

- ✓ (1) questão de pesquisa;
- ✓ (2) unidade de análise;
- ✓ (3) amostra;
- ✓ (4) coleta de dados
- ✓ (5) estratégias de análise.

O estudo de caso pode ser utilizado em avaliação ou pesquisa educacional para descrever com clareza e detalhadamente analisar uma unidade social, levando-se em conta suas multidimensões e seu dinamismo natural, possibilitando assim, reconstruir os processos e as relações dos sujeitos que habitam a vida escolar diária.

Os estudos de caso são instrumentos ímpares para investigação de fenômenos educacionais ocorridos no tempo diário, natural, a partir da rotina escolar e do contato direto e indireto do pesquisador com as situações investigadas. Estar dentro de uma instituição escolar possibilita inúmeros recursos como analisar as interações sociais, interpretar códigos distintos de comunicação, descrever comportamentos, praticar a inclusão social, participar do processo ensino-aprendizagem, suas manifestações e bloqueios. A compreensão desses fenômenos constitui elementos para o estudo de caso. Entre os variados autores que tratam o uso do estudo de caso em educação André, (2005); Mazzotti, (2006); Stake, (1995); Yin, (2001), há dois fatores comuns: 1º o caso possui uma particularidade que merece ser investigada; e 2º o estudo precisa considerar a multiplicidade de aspectos que determina o caso, o que vai solicitar a utilização de variados procedimentos metodológicos para desenvolver um estudo de caso em profundidade.

A indagação sempre é esta: qual é o caso? Determinado o caso, a próxima indagação é: por que é importante estudá-lo? Após essas duas perguntas respondidas, com sua devida importância, a realização do estudo é determinada, respeitando-se a multiplicidade de aspectos e as suas particularidades. A aplicabilidade do estudo de caso em ocorrências humanas, em situações reais e atuais, a contextos contemporâneos de vida real.

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria., para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar., ou para descrever um objeto ou fenômeno. (DOOLEY, 2002 p.343-344).

Sendo assim, o estudo de caso foi uma estratégia a mais para validação e estudo do

objeto no seu contexto real, auxiliando e facilitando a pesquisa em suas múltiplas facetas, desenhando um trajeto rigoroso e metodológico com os objetivos claros e as respostas às indagações solicitadas.

Os riscos inerentes a este projeto estavam sob controle e minimizados, uma vez que todos os exercícios foram ministrados por profissional de Educação Física, devidamente habilitado. Além disso, a escola já possuía protocolos de atendimento aos alunos em caso de possíveis acidentes, inclusive com assistência médica, se necessário, e conforme já acordado com a Direção da escola citada, os alunos participantes do projeto também seriam atendidos por estes protocolos. Vale ressaltar, que a escola possui equipamentos e pista de atletismo adequada à prática do esporte. Os responsáveis pelos alunos participantes do projeto acompanharam, na totalidade, a realização das atividades.

Sendo assim, todos os alunos foram acompanhados por profissionais de Educação Física, durante às atividades desenvolvidas, utilizando-se de equipamentos adequados à prática desportiva. Como já ocorria nas aulas regulares de Educação Física todo o cuidado é tomado antes do início das atividades com a realização de aquecimento e alongamento, prevenindo desta forma possíveis lesões ou dores musculares. Além disto, os professores tem o cuidado de não forçar os alunos com atividades inadequadas a sua idade e complexão física. Na eventual ocorrência de algum acidente a escola possuiu protocolos de atendimento.

Portanto, os caminhos para análise dos dados fornecidos e coletados passaram por uma análise detalhada, minuciosa, responsável e rigorosa, característica desta pesquisa. Foram coletados, tratados, analisados e os resultados foram demonstrados através de gráficos e tabelas, com respostas embasadas e fidedignas aos dados coletados.

#### **4.1 - Contexto, Participantes e Instrumentos para Coleta de Dados**

Com o objetivo específico de manter a confiabilidade, a veracidade e a autenticidade da pesquisa foram utilizadas técnicas apropriadas como entrevistas, análise documental e estudo de caso pelo aplicativo Google Meet, de forma virtual, devido à pandemia de Covid 19, no planeta.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30/01/2020, declarou a ocorrência de um surto mundial de Emergência de Saúde Pública de importância internacional, devido à disseminação comunitária do COVID-19 em todos os continentes do nosso planeta.

Em função dessa pandemia, uma série de recomendações foi divulgada para conter

a contaminação humana, já que a vacina está chegando a grupos prioritários, de forma lenta, isolamento social é a melhor alternativa, além de máscaras, regras de higiene, álcool a 70°, etc.

No atual cenário, foi necessária a suspensão das aulas presenciais, a partir de 16/03/2020 em todo o Estado do Rio de Janeiro, posteriormente, em todo o Brasil.

Em, 17/03/2020, o Ministério da educação (MEC) lançou a Portaria 343 que previu a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, utilizando-se os meios digitais durante o período em que durasse a pandemia de COVID-19. O Conselho Nacional de Educação (CNE) se pronunciou no dia seguinte, 18/03/2020, para esclarecer os sistemas e às redes de ensino sobre –a necessidade de reorganizar as atividades escolares por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19, em todos os níveis, etapas e modalidades. Os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação responderam, publicando resoluções e/ou pareceres sobre a reorganização dos calendários escolares e uso de atividades não presenciais.

Sendo assim, durante dois dias da semana, durante o período de um ano, foram coletados informações e registros, dos alunos com deficiências participantes desta pesquisa, nas aulas regulares de Educação Física e nas aulas do projeto de Atletismo, em uma escola pública municipal, localizada no município de Araruama.

Esta pesquisa utilizou dois importantes instrumentos de coleta de dados; a entrevista e a análise documental através do aplicativo Google Meet.

A **entrevista** é um instrumento muito utilizado para o levantamento de informações e, com o ensino remoto se tornou um válido instrumento, através do Google Meet. A entrevista é o ponto inicial para mapear e compreender o mundo da vida dos entrevistados, mergulhar na entrevista em profundidade buscando dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, com o objetivo de obter uma compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, com o objetivo de obter uma compreensão das suas crenças, assim como atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. As entrevistas foram realizadas com profissionais de Educação Física que atuam em todas as turmas de 1º ao 9º anos do Ensino Fundamental, buscando um entendimento e a compreensão do universo desses alunos, com a equipe técnico- pedagógica e os responsáveis dos alunos com deficiências da escola, totalizando, entre todos, dez (10) entrevistados. O objetivo da aplicação destas entrevistas foi identificar os benefícios, físicos e psicossociais que o atletismo, praticado com técnica e disciplina, por profissionais de Educação Física, foi

capaz de proporcionar aos alunos com deficiências.

Entendemos que é fundamental, numa entrevista, o entrevistador não contradizer o entrevistado. Exibir-se ou discutir é desastroso: deve-se permitir livremente suas narrativas fictícias, que o entrevistado desenvolva suas teorias sem propósito, use os argumentos mais tolos sem qualquer objeção ou expressão de discordância ou de ridículo, segundo Webb, (p. 272). Já para Paul Thompson em um livro que já se tornou referência para todos os profissionais que se utilizam de entrevistas em seu trabalho de coleta de dados.

[...] Uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias cuja violação pode destruí-la. Fundamentalmente, espera-se que o entrevistador demonstre interesse pelo informante, permitindo-lhe falar o que tem a dizer sem interrupções constantes e que, se necessário, proporcione ao mesmo tempo alguma orientação sobre o que discorrer. Por baixo disso tudo está uma ideia de cooperação, confiança e respeito mútuos (THOMPSON, 1998, p. 270-271).

O referido autor ainda nos adverte que [...] há muito tempo os pesquisadores sociais utilizam entrevistas, de modo que existe farta discussão sociológica sobre o método de entrevista, as fontes dos vieses que aí podem ocorrer, e como estes podem ser estimados e minimizados. Comparativamente, é escassa a discussão sobre os vieses que, de modo semelhante, são inerentes a toda documentação escrita. Pouca orientação se encontra a respeito dessas falhas em qualquer uma das fontes de informação favoritas dos historiadores modernos. (THOMPSON, 1998, p.139)

Uma vez gravadas as entrevistas foram organizadas e categorizadas, vistas, ouvidas até a exaustão e transcritas, várias vezes, buscando fios condutores que pudessem ligar aos fatos sociais e transformadas em dados estatísticos e apresentadas através de gráficos e tabelas a partir das próprias evidências orais.

[...] as estatísticas sociais não representam fatos absolutos mais do que notícias de jornais, cartas privadas, ou biografias publicadas. Do mesmo modo que o material de entrevistas gravadas, todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado (THOMPSON, 1998, p.115-116).

A **análise documental** foi utilizada nesta pesquisa como uma metodologia de investigação científica que prioriza referencial técnico e científico, visando assim, explorar e analisar com compreensão os documentos mais diversos e colher as mais importantes informações nesta pesquisa.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN,1977,p.46)

Esta metodologia de estudo, utilizou variados documentos como fotos, relatos, relatórios e fichas escolares, que atestaram um registro, prova de comprovação dos fatos e acontecimentos desta pesquisa.

A escolha dos documentos, conforme as ideias expressas por Kripka, Scheller e Bonotto (2015),

[...] consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245).

A **análise documental** é uma técnica importante que auxilia na compreensão do contexto histórico, social e cultural de um determinado grupo em certo período de tempo, corroborando para esclarecer e revelar hábitos, costumes, tradições, comportamentos, atitudes, mudanças de hábito.

Essa análise foi utilizada nesta pesquisa para contribuir, enriquecendo e esclarecendo ações e fatos ocorridos durante as aulas, principalmente, as de Educação Física, como olimpíadas internas e externas de toda a rede pública, municipal de Araruama, com fotos, relatórios individuais dos alunos, informações obtidas através de documentos, fichas escolares e relatos dos responsáveis dos alunos com deficiências e outros profissionais que atuam na escola e que participaram desta pesquisa.

Esses dados foram categorizados e organizados cronologicamente, compondo um material rico de detalhes e contribuições de todos os envolvidos nesta pesquisa. O material coletado foi tratado, estudado, coletado, visando colher resultados benéficos e positivos em relação à pesquisa.

A escolha dos documentos, conforme as ideias expressas por Kripka, Scheller e Bonotto (2015),

[...] consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245)

Buscando elementos que possibilitaram compreender melhor sobre análise documental e relacionando esse conceito ao campo da pesquisa nossa pesquisa, nos deparamos com o posicionamento de Minayo, (2008) que, ao discutir o conceito e o papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais, imprime um enfoque plural à questão: a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador Minayo, (2008:22). Esta afirmação serve de base às pesquisas de um modo geral e no campo da utilização de documentos não poderia ser diferente.

Assim, a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a compreensão, associação e análise documental de diversos tipos. Portanto, a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação Oliveira, (2007, p.69). Em resumo a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciaçãool. Bardin, (1997, p.45)

Ainda, segundo a autora acima, a análise documental faz-se principalmente por classificação-indexação e por intermédio de procedimentos de transformação, tendo como objetivo analisar e representar de maneira bem consistente as informações advindas dos elementos pesquisados, que consigam confeccionar um documento secundário com o maior número de informações relacionado ao tema da pesquisa.

Portanto, os caminhos para análise dos dados fornecidos e coletados passaram por uma análise detalhada, minuciosa, responsável e rigorosa, característica desta pesquisa.

Considerando que a inclusão social das pessoas com deficiências, através do atletismo, o tema central deste experimento, esperou-se que os alunos participassem com

mais efetividade das aulas regulares e desta forma melhorassem sua interação social com o grupo a que pertencem, aumentando sua autoestima, tornando-se mais fortes para enfrentar os desafios diários de uma vida em sociedade, além disto, esperou-se alcançar uma melhoria na condição física e motora.

## 4.2 - Critérios Relativos à Credibilidade, Ética e à Confiabilidade do Estudo

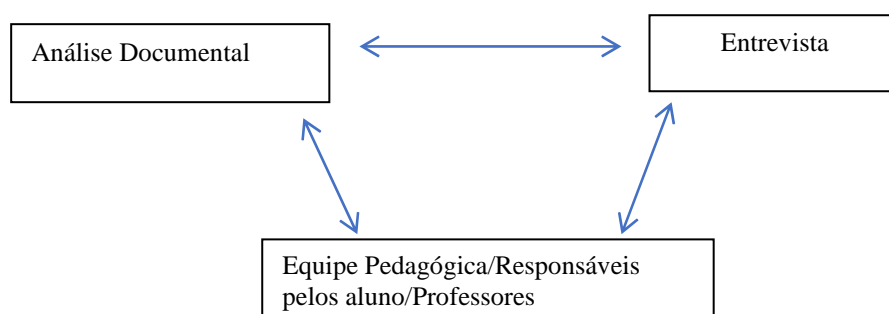
### 4.2.1 - Triangulação

A triangulação possibilitou construir e conferir indicadores que permitiram avaliar e quantificar dimensões objetivas, interpretando assim as partes subjetivas da pesquisa estudada. Nesta pesquisa buscamos a credibilidade utilizando dois instrumentos de coleta de dados: entrevista e análise documental que foram verificadores entre si.

A triangulação de métodos geralmente se refere a comparação de dados coletados por métodos qualitativos e quantitativos (PATTON, 1986), mas também pode se referir a comparação de dados de entrevistas com dados obtidos em um teste de associação livre por exemplo (MAZOTTI, 1999, p.173).

A triangulação visou, também garantir maior rigor, credibilidade e confiabilidade à pesquisa, visto que possibilitou a apreensão de uma realidade sob diversos ângulos, com a construção de indicadores que permitiram avaliar e quantificar dimensões objetivas e juntamente com isso, interpretar as partes subjetivas, corroborando com o confronto de informações, de modo que busque reduzir o olhar sob apenas uma forma de análise.

### Professores de Educação Física e Responsáveis pelos alunos



### 4.2.2 – Ética

As questões éticas são fator importante em toda a pesquisa. Todos os dados foram esclarecidos com relação à garantia do sigilo de identidade, e das informações prestadas às



entrevistas e á análise documental, bem como o Terno de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice A) antes de sua participação, onde o participante ficou ciente que é voluntário e está de acordo com o propósito da natureza da pesquisa.

A integridade da pesquisa tem especial importância na pesquisa qualitativa. Uma vez que os delineamentos e procedimentos para fazer pesquisa qualitativa, são potencialmente mais flexíveis do que para fazer a maioria dos outros tipos de pesquisa, as pessoas vão querer que pesquisadores qualitativos fizessem todo o possível para conduzir sua pesquisa de maneira precisa e justa (YIN, 2016 p.32).

O presente estudo qualitativo, por envolver seres humanos, está de acordo com a resolução 466/12, especificamente no artigo XIII. 3 do Ministério da Saúde, além disso, foi submetido ao Conselho de Ética da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) que reconheceu as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outros que se utilizaram de metodologias próprias dessas áreas dadas as suas particularidades. Somente após este trâmite e a devida aprovação os estudos tiveram continuidade.

#### **4.2.3 – Autorreflexividade**

Minha prática pedagógica está permeada de muitas vidas, vidas que foram passando e deixando cicatrizes profundas que ainda hoje, como um alarme, invocam pela minha atuação e intervenção em determinadas ocasiões. Professora de Educação Básica, de escolas privada e pública, deparei-me com pessoas que não poderiam frequentar a sala de aula regular por serem diferentes do padrão normal, imposto pela sociedade, pois nunca tinha vaga... Aceitei esses alunos em minha turma, primeiro com o coração, para depois então, apaixonar-me! Seres tão cheios de luz e vida que poucos veem.

Assim que cheguei numa determinada escola pública, que é também um Complexo Desportivo, pensei: É aqui que meus alunos irão conseguir desenvolver-se!! Piscina, água e tudo de bom, é vida, energia, pista de atletismo, até os com cadeira de rodas, irão correr!! E assim, comecei um trabalho diferenciado com os alunos, trabalhando o corpo franzino, quase sem movimentos, as atividades físicas, num espaço amplo e preparado para receber alunos que nunca haviam participado de aulas fora de suas salas, ganharam o pátio, a quadra, a pista. E então, se mostraram capazes de muito, muito mais que julgavam! Cada superação do aluno, era uma vitória grande para mim. Despertei habilidades adormecidas, descobri talentos, mas me descobri por inteira e vi que as imperfeições físicas e intelectuais,

muitas vezes, encobrem pessoas lindas que poucos conseguem enxergar, com talentos surpreendentes. Logo, solicitei à Direção Escolar, dois tempos de um profissional de Educação Física e iniciamos um trabalho de psicomotricidade e atividades desportivas.

Hoje, só trabalho com pessoas –deficientes!, muito mais eficientes que os nossos olhos podem ver, de um amor e uma capacidade que me faz evoluir a cada dia, querer ser um ser humano, melhor.

Esta pesquisa FOI para comprovar que ser deficiente, neste mundo, tão desigual e heterogêneo é normal e que atitudes preconceituosas não são mais permitidas, pois gritamos por uma sociedade inclusiva, mais sensata, humana, transparente e ética.

O professor de Educação Física é um dos profissionais que tem essa oportunidade e necessita de estímulo para trabalhar, de maneira que todos participem de suas aulas, na sala, na quadra, na vida, com aulas e ações inclusivas com todos os alunos, visto que as escolas só existem se existirem alunos. É necessário trabalhar buscando pessoas atuantes em prol de uma sociedade inclusiva e o ponto de partida para isso só pode ser a escola e todos que a constroem!

Cabe sinalizar que, para que pudesse ser realizada, a pesquisa está de acordo com as normas determinadas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS 466/12, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética da Universo Salgado de Oliveira – UNIVERSO – CAAE:52945421.0000.5289, Número do Parecer: 5.290.364

## **5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

O objetivo desta etapa foi sintetizar, resumir, classificar e codificar as anotações e observações feitas e os dados obtidos nas entrevistas, nas análises e nas observações. Os dados passaram por um processo de organização, após a leitura e audição detalhadas e minuciosas, finalizando na seleção dos dados. Foi uma fase importante, fundamental, pois foi através dela que as etapas antecedentes e subsequentes foram condicionadas. Analisar significa explorar o sentido mais amplo e minucioso dos resultados obtidos numa pesquisa. Foi necessário ler através dos índices, dos percentuais obtidos, ler nas entrelinhas a partir da medição e tabulação dos dados, ou de leitura exaustiva e decomposição de depoimentos obtidos com destaque na abordagem metodológica qualitativa.

O sucesso da análise dos dados coletados dependeu muito do pesquisador que precisou conduzir com um bom nível de conhecimento do assunto pesquisado, ter imaginação, ser criativo, bom senso, capacidade de argumentação e de elaboração e conhecimento teórico da temática em questão.

Nesta abordagem utilizamos a análise qualitativa onde os dados foram apresentados de forma verbal e escrita e foram compostas de etapas como:

- \*organização e descrição dos dados;
- \*redução de dados;
- \*interpretação dos dados pelas categorias teóricas de análise;
- \*análise de conteúdo.

### **5.1 - Categorização**

Utilizamos o procedimento metodológico da categorização para agrupar e distribuir as partes em categorias. Consideramos categorização como –uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. Bardin, (1979. p. 117). As categorias foram divididas em classes, as quais agregaram um grupo de elementos (unidades de registro) ante um título genérico.

De acordo com o objetivo e as questões a investigar, usando os critérios semânticos Bardin, (1979), foram criadas, duas macro categorias: Alunos com deficiências da escola citada que participam do Projeto de Atletismo, no contra turno escolar e Melhorias e benefícios comprovados após a participação no Projeto de Atletismo, dos alunos com deficiências. A partir daí surgiram subcategorias para agrupar os elementos que possuíam

características comuns, utilizadas para estabelecer classificações e ligações entre as mesmas.

**Tabela 1 - das categorias:**

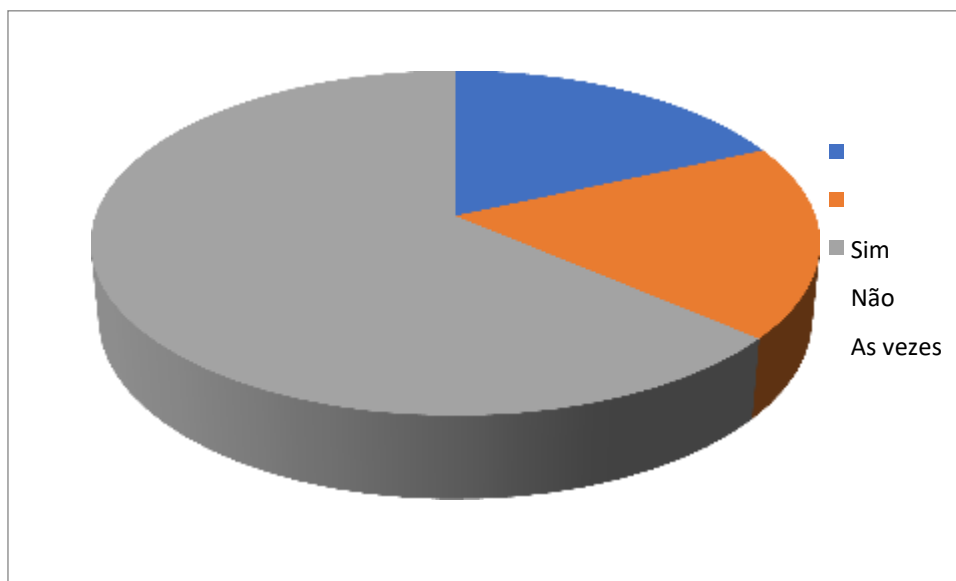
MACROCATEGORIAS	OBJETIVOS/QUESTÕES A INVESTIGAR
Melhorias nos Aspectos Psicomotores e sociais	Maior frequência escolar, Equilíbrio, Melhor coordenação motora, Interação social com seus pares e funcionários da escola.
Benefícios comprovados	Redução de medicamentos, Maior aproveitamento escolar, Maior e melhor interação social com seus pares.

A divisão dessas duas categorias foi baseada na inquietação das questões que envolveram esta pesquisa. Buscaram-se respostas e alternativas pedagógicas, visando a inclusão social das pessoas com deficiências, através do atletismo, com a participação efetiva de profissionais de Educação Física e foram demonstradas a seguir.

## **5.2 - A Inclusão Social nas Aulas Regulares**

Todos os alunos com deficiências participam, ativamente, das aulas regulares de Educação Física, tendo assim uma boa frequência?

**Gráfico – 1 - A Inclusão Social nas Aulas Regulares**



Fonte: Elaborado pela autora

Incluir um aluno com deficiência em sala de aula é muito além de tê-lo ali, assistindo a tudo, sem interação. Incluir, participar, interagir com todos, com aulas, estratégias e técnicas pedagógicas flexibilizadas e ou adaptadas pela equipe pedagógica visando a inclusão de todos os alunos, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 9394/96 BRASIL, (1996), no Capítulo III, artigo 4º, inciso III, que é dever do Estado garantir o -atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino. Em vigor desde 2016, a [Lei brasileira de inclusão \(LBI\) Site externo](#), também conhecida como Estatuto da pessoa com deficiência, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua **inclusão social** e a **cidadania**. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada.

Na entrevista com os professores de Educação Física, nas aulas regulares, a maioria dos alunos com deficiências não participava ativamente, ou como deveriam das aulas. A maioria participava, às vezes. Essa resposta à pesquisa, nos levou a refletir que os alunos com deficiências necessitavam ser mais visíveis e atuantes no processo ensino aprendizagem, visto que é o sujeito da aprendizagem e que a equipe pedagógica necessitava intervir construindo com o professor aulas que atendiam a todos, promovendo assim a inclusão social, onde a diversidade e as especificidades dos indivíduos somavam,

garantindo um resultado onde todos são contemplados.

Os professores de Educação Física entrevistados posicionaram-se sobre a inclusão social e a importância de atuação de projetos sociais na área desportiva que contribuiriam para diversos fatores psicomotores, sociais, afetivos, integradores sociais, dentre outros. Foi falado também sobre alunos com deficiências múltiplas estarem participando das aulas regulares efetivamente, com seu grupo de referência, incluídos ou não. Cada professor entrevistado relatou sua prática, de maneira espontânea e verdadeira, por vezes, até preconceituosa, sem perceber. A prática pedagógica, permeada por ações rotineiras, refletindo uma sociedade, um sistema falido e engessado por ações que não se encaixavam em uma sociedade inclusiva, de fato. Sobre a participação efetiva às aulas regulares há uma conscientização clara para que os alunos participassem das aulas, efetivamente, porém ainda há um quê, uma lacuna entre o participar efetivamente, normalmente e o participar com ressalvas, integrado, não incluso. A disciplina Educação Física, é com certeza, uma disciplina dinâmica, modelo para uma prática pedagógica maravilhosa, onde muitos paradigmas e barreiras podem ser ultrapassados, visto que os alunos não precisam ficar sentados, enfileirados em sala de aula e podem e devem deixar expandir os seus movimentos corporais, proporcionando assim equilíbrio entre corpo, mente e espaço.

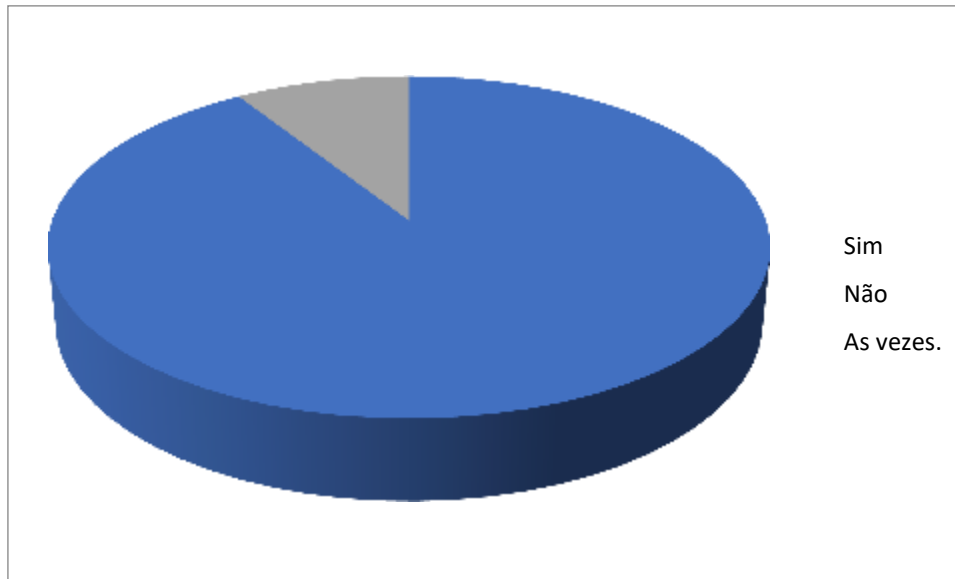
Tenho um sobrinho com deficiência e participo muito da vida dele. Como sou professor de Educação Física, procuro inseri-lo em todas as atividades físicas que levo os outros sobrinhos. Mas, percebo muito preconceito em vê-lo participando das atividades físicas naturais, como correr, pular, Na escola, ele não participa das aulas de Ed. Física, pois o professor regente alega ser perigoso. (Prof. I)

Aqui, em nossa escola, todos os alunos participam efetivamente. Sempre buscando inclui-los ao grupo. (Prof. I)

### **5.3 - Técnicas e Estratégias Pedagógicas**

Utiliza técnicas e estratégias pedagógicas visando maior aproveitamento escolar e a inclusão social?

**Gráfico – 2 - Técnicas e Estratégias Pedagógicas**



Fonte: Elaborado pela autora

A educação inclusiva não é missão apenas do cenário escolar. A sociedade necessita de ações afirmativas que conduzam todos nós ao caminho da inclusão social.

O professor de Educação Física tem em suas mãos o poder transformador e conscientizador de que suas aulas são muito mais que o famoso –quadrado mágico! e podem e devem ir além. As Olimpíadas de um ano atípico, 2021, Tokio 2020 com força total veio para comprovar isso. Skate, surf, muro de escalada, dentre outros esportes atraíram um público, antes na invisibilidade como esporte olímpico.

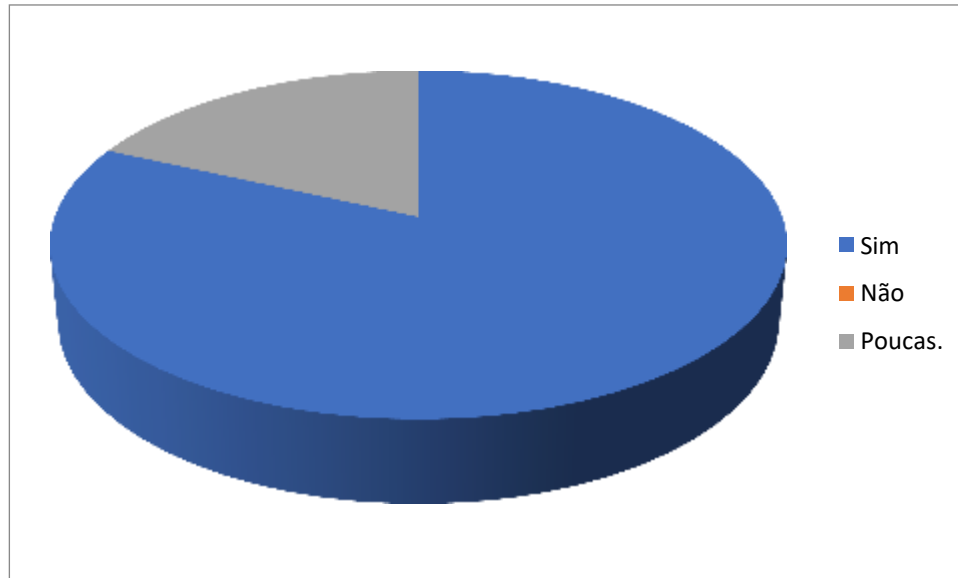
Segundo a Base Comum Curricular Nacional, a BNCC, a Educação Física aborda a expressão dos alunos através das práticas corporais, que possibilitam experiências sociais, estéticas, emotivas e lúdicas essenciais à Educação básica incentivando assim as vivências múltiplas dos alunos.

Todos os professores entrevistados afirmaram que realizam as suas aulas com técnicas e estratégias pedagógicas ativas e diferenciadas, buscando assim a efetiva participação de todos os alunos, com diferentes e diversos interesses e potencialidades, visando assim, também um maior aproveitamento escolar. Há uma contradição implícita, pois nas respostas anteriores alguns alunos ainda não participavam.

#### 5.4 - Políticas Públicas

Conhece as Políticas Públicas que amparam as pessoas com deficiências, visando a interação social com seus pares?

**Gráfico – 3 - Políticas Públicas**



Fonte: Elaborado pela autora

No quesito políticas públicas, os professores demonstraram saber que é direito de TODOS, participar ativamente e efetivamente de todas as aulas, mas especificamente nas aulas de Educação Física, admitiram que não cumpriam a legislação em vigor e assim não promoviam a interação social com seus pares. Não basta ter a lei. É preciso cumpri-las, com conhecimento, competência profissional e ética. Antes mesmo do cumprimento das leis, existe a escola para todos. Se o professor de Educação Física, uma disciplina tão dinâmica não consegue ver isto, ainda não consegue ver que a escola é um ambiente integrador, inclusivo, como pode promover a inclusão? Provocando a exclusão de determinados alunos de suas aulas, aulas essas tão importantes, principalmente para a manutenção de qualidade de vida, saúde, integração social, autoestima, equilíbrio emocional. Aspectos sociais, emocionais e psicomotores são fundamentais ao bem-estar social. É certo que faltam formações continuadas, treinamento e somente um grupo pequeno de profissionais da educação possui formação específica em Educação Especial. Mas, os alunos estão nas escolas, nas salas de aula e precisam ter seus direitos garantidos. Fato.



Muita coisa precisa ser melhorada. A sociedade já aceita melhor os deficientes, porém os governantes precisam ter um olhar mais sensível à estas pessoas porque nas escolas acontece a exclusão social. Um aluno com deficiência visual, por exemplo, fica isolado. A maioria dos professores não sabe lidar com alunos com deficiências, preferindo assim ignorá-los. Formação continuada e treinamento seriam boas práticas para que o professor pudesse lidar com todos os alunos. (Prof. I).

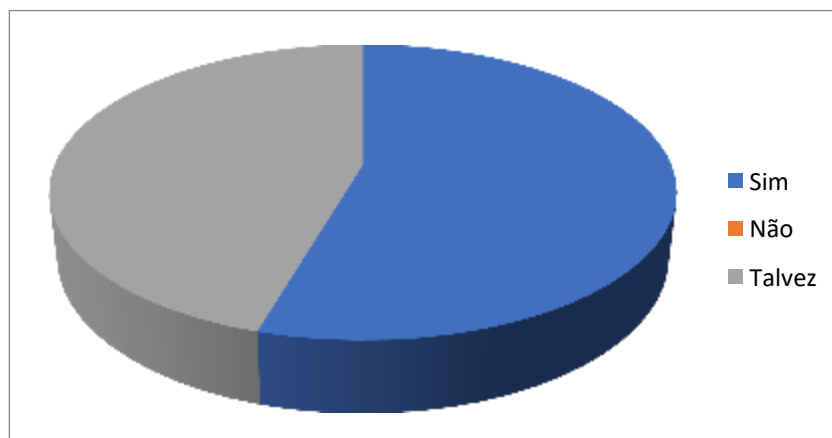
Sei que existem leis que amparam as pessoas com deficiência e precisam ser cumpridas. Mas, eu, particularmente ainda não consigo fazer que estes alunos participem com os outros. (Prof. II).

Importante ressaltar que os professores têm a consciência de que estratégias e técnicas pedagógicas visam uma inclusão social mais efetiva, porém na prática, isso parece não acontecer.

#### **5.5 - Benefícios da Participação em Eventos Desportivos no Contraturno Escolar.**

Alunos que participam de projetos e atividades físicas, no contra turno escolar, têm participação mais efetiva em suas aulas regulares?

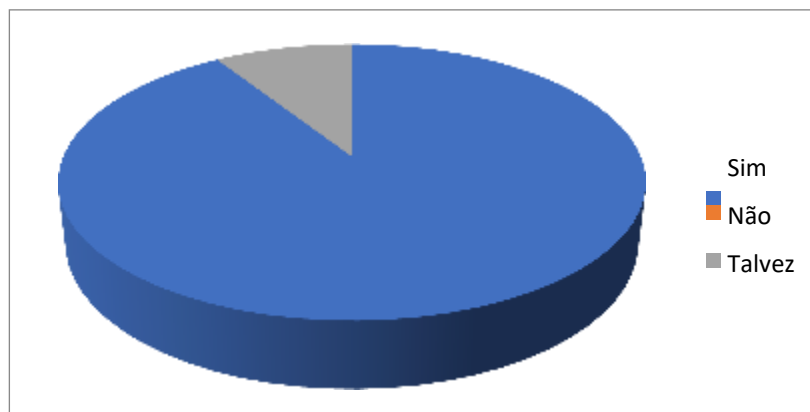
**Gráfico – 4 - Benefícios da Participação em Eventos Desportivos no Contraturno Escolar**



Fonte: Elaborado pela autora

Acredita que atividades físicas no contra turno escolar trazem benefícios aos alunos?

**Gráfico – 5 - Benefícios da Participação em Eventos Desp. no Contraturno Escolar**



Fonte: Elaborado pela autora

A participação de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física é possível a partir de pequenas adaptações, através das quais as interações ocorrem independentemente das limitações que o aluno apresente, possibilitando-lhe a inclusão Dutra; Silva; Rocha, (2006).

A qualidade de vida e a adoção de hábitos saudáveis estão diretamente ligadas à Educação Física Escolar, que, mesmo não tendo como objetivo central a promoção de saúde, pode oferecer aos alunos acesso a um universo de informações que podem possibilitar a prática de atividade física independente ao longo da vida. As experiências positivas na realização de esforços adequados às crianças e jovens também podem trazer experiências positivas associadas à atividade física. Sendo assim, esses indivíduos podem vir a adquirir um estilo de vida ativo na idade adulta Guedes; Guedes, (1997).

A frequência escolar é um assunto muito discutido no cenário escolar, pois a maioria dos alunos com deficiências possui baixa frequência. É certo, confirmado por inúmeros artigos, dissertações, teses acadêmicas e livros publicados que a prática de atividades físicas com profissional de Educação Física é capaz de beneficiar e modificar a qualidade de vida das pessoas para melhor, em fatores sociais, físicos e biomédicos, dentre outros. A frequência escolar é um desses benefícios, dentre tantos outros.

Os alunos que participam do projeto de Atletismo aqui no Darcy, frequentam as aulas regulares e interagem de forma mais efetiva com os demais alunos e assimilam mais facilmente o conteúdo. Estes alunos demonstraram ao longo do tempo evolução em fatores como: Interação social, aspectos neuropsicomotores, linguagem oral. (Prof. I).

Percebi que alguns alunos que participam do projeto, muito faltosos,

agora estão participando das aulas regularmente, tanto na presença física, como na interação com o restante da turma. (Prof. II).

Tenho percebido e visto que alguns alunos que ficavam muito isolados, na hora do recreio ou em aulas vagas, agora têm participado mais dos grupos de alunos que ficam circulando pelo pátio. Outra situação que me chamou a atenção é que vejo alguns alunos desses que não participavam de nada, agora no refeitório, lanchando com os colegas. Realizar exercícios físicos, com profissional especializado é sinal de qualidade de vida e saúde. (Prof. I)

Para falar a verdade, percebi que alguns alunos estão se relacionando melhor com os outros colegas. Trabalhando com adolescentes, é fácil perceber como se espelham uns nos outros. Então, os exercícios físicos contribuem e beneficiam nossos alunos, numa melhor qualidade de vida, praticando esportes, combatendo o sedentarismo, respeitando as regras desportivas, mantendo uma vida mais saudável. (Prof. III)

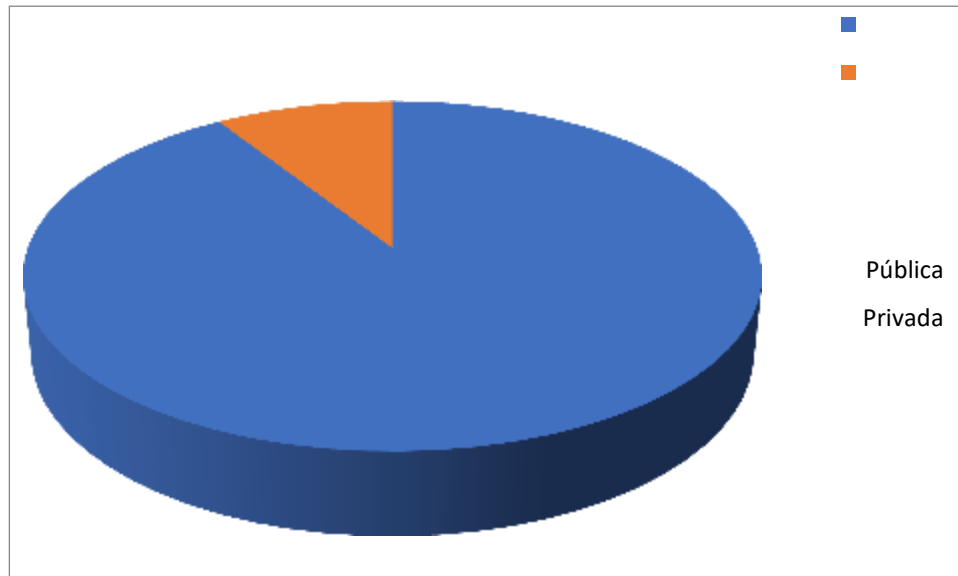
Após a escuta dos profissionais de Educação Física acerca dos benefícios que os exercícios físicos desenvolvem em todas as pessoas e como funcionam de maneira integral, concluímos que estes mesmos benefícios podem também ser absorvidos pelos alunos com deficiências, melhorando de forma significativa os aspectos físicos e emocionais, reduzindo, também a ingestão de fármacos, pelos médicos que realizam o acompanhamento clínico e emocional. O atletismo, como modalidade desportiva só tem a somar e contribuir cada vez mais para uma escola inclusiva.

De acordo com as reflexões acima, sobre a importância de exercícios físicos em alunos com deficiências, mais especificamente, o Atletismo, como esporte capaz de beneficiar e transformar a vida de muitos alunos com deficiência do C. E. E. Q. E. Professor Darcy Ribeiro, os professores de Educação Física estão conscientes de seu papel, mas sentiram a necessidade de treinamento e cursos de formação continuada para lidar com os alunos em questão. É fato, também que consideraram de extrema importância a participação efetiva desses alunos às aulas regulares, mesmo com professor mediador os acompanhando.

## 5.6 - Escolas

Tipo de escola em que atua?

Gráfico – 6 - Escolas



Fonte: Elaborado pela autora

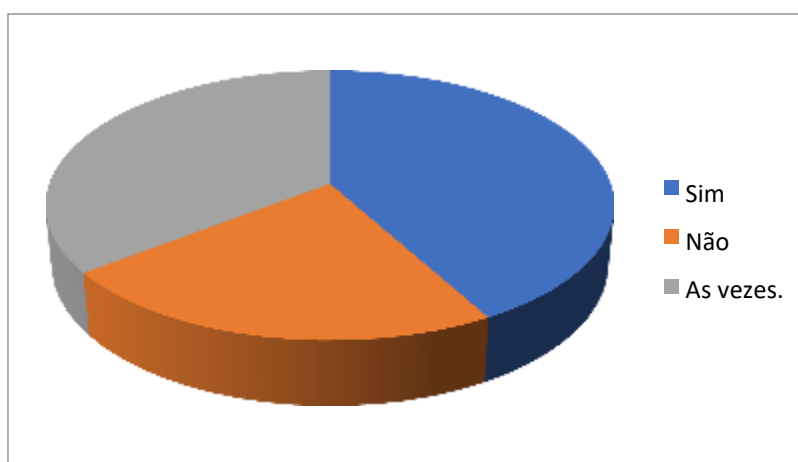
A maioria dos profissionais entrevistados atua exclusivamente em escolas públicas. São determinantes que a escola pública é capaz de gerir e atender a todos, sem distinção, com qualidade e amparo legal. Dentro desta visão é de suma importância que os profissionais de Educação Física tenham plena consciência do seu papel em todo este processo, utilizando suas habilidades, estudos e capacidade profissional, não só nos aspectos técnicos, mas também e, sobretudo, na formação de pessoas mais tolerantes e com entendimento que as diferenças somadas sempre produzem um resultado melhor que a simples soma das igualdades.

## 6 - ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS

### 6.1 - Participações dos Alunos com Deficiências no Projeto de Atletismo no Contraturno Escolar

Os alunos com deficiências participam das aulas regulares e dos projetos escolares que acontecem no contra turno escolar?

**Gráfico – 7 - Participações dos Alunos com Deficiências no Projeto de Atletismo no Contraturno Escolar**



Fonte: Elaborado pela autora

Os responsáveis pelos alunos com deficiências participaram presencialmente das aulas de Atletismo, que ocorriam no contra turno escolar, nas dependências de determinada escola pública, municipal, que possui um complexo desportivo. Estão atentos e conscientes da importância e da frequência diária às aulas regulares e as do Projeto.

De acordo com Duarte,

[...] a educação física tem o papel importante no desenvolvimento global dos alunos principalmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento intelectual, social e afetivo. Ela procura tratar do aluno sem que haja desigualdades, tornando a autoestima e a autoconfiança mais elevada através das possibilidades de inclusão das atividades (DUARTE 2003, p 46.)

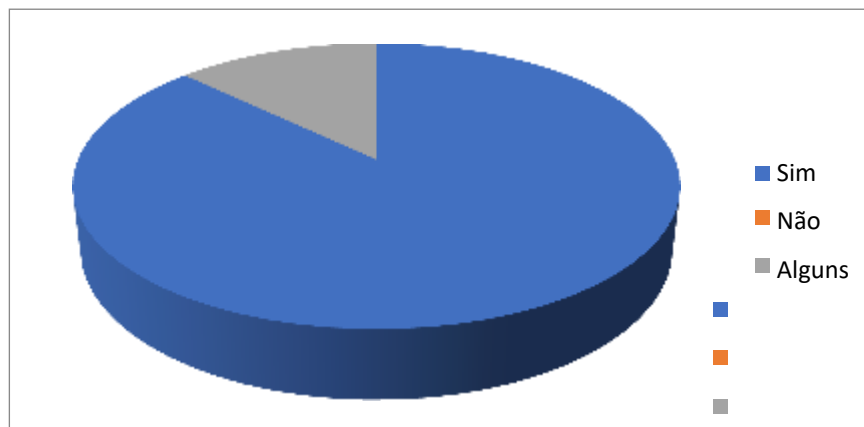
Segundo  
Dihel,

[...] brincar e criar, tomar iniciativas. É aprender regras e limites para que o jogo funcione. Através do jogo, a criança descobre valores, aprende a conviver sem gritar, brigar, ganha autoestima e confiança, pois se sente capaz de participar. Desenvolve a concentração a coordenação e a habilidade motora, dá asas à imaginação e a fantasia. (DIHEL 2006, p.82)

## 6.2- Benefícios Enumerados Pelos Responsáveis

Há benefícios que podem ser enumerados pelas pessoas com deficiências que realizam atividades físicas?

**Gráfico – 8 - Benefícios Enumerados Pelos Responsáveis**



Fonte: Elaborado pela autora

A rotina da prática de atividades físicas, no caso, o atletismo tem conduzido a uma qualidade de vida, promoção de saúde e bem-estar das pessoas com deficiências e da comunidade em que convivem. São inúmeros os benefícios citados; 1- maior frequência escolar. 2- maior autonomia. 3- maior interação social na escola e na família. 4- redução de medicamentos. 5-elevação da autoestima. 6- maior aproveitamento escolar. 7-maior força física. 8-melhora no equilíbrio. 9-força e agilidade. 10- alimentação.

De acordo com Nahas,

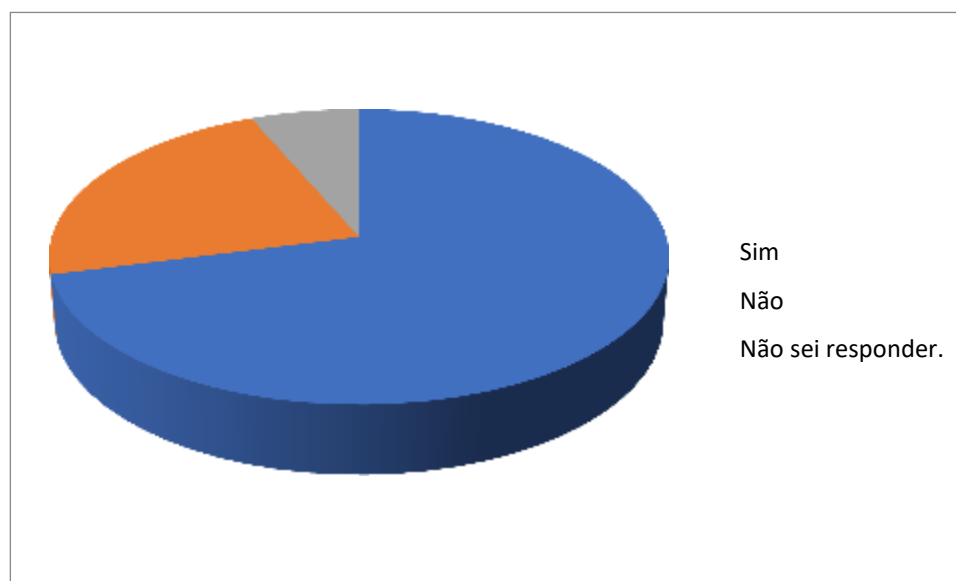
No caso de pessoas com deficiência, em particular, o estímulo, a educação e o lazer ativo na infância e na adolescência são pressupostos para uma vida adulta com mais saúde e qualidade. Para que isso aconteça, a eliminação de barreiras – de todas as naturezas – e a criação de oportunidades de participação em igualdade de condições com as demais pessoas são necessárias (NAHAS, 2017, p.239)

Afinal, pessoas com deficiência são. PESSOAS! Têm as mesmas necessidades em termos de prevenção & promoção da saúde; porém, enfrentam mais barreiras sociais e físicas e, em geral, são menos ativas fisicamente que a população em geral. Promover qualidade de vida de pessoas com deficiência vai além da assistência médica ou prevenir doenças. Deve, sempre, favorecer o aprimoramento pessoal e o bem-estar, derrubando barreiras e facilitando a vida produtiva em sociedade. Nahas, 92017, p.239)

### 6.3 - Inclusão das Pessoas com Deficiências na Sociedade

Você percebe que os alunos com deficiências estão sendo incluídos na sociedade?

**Gráfico – 9 - Inclusão das Pessoas com Deficiências na Sociedade**



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com a autora, especialista em Inclusão Social Mantoan, (2011), sobre a inclusão das pessoas com deficiências, na sociedade, as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a serem pessoas. E ainda acrescenta que

[...] Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar — sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (MANTOAN, 2011, p.61).

Essas escolas são realmente abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda demandam, portanto, uma ressignificação e uma organização completa dos processos de ensino e aprendizagem. A possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem práticas do ensino especializado, deriva de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta

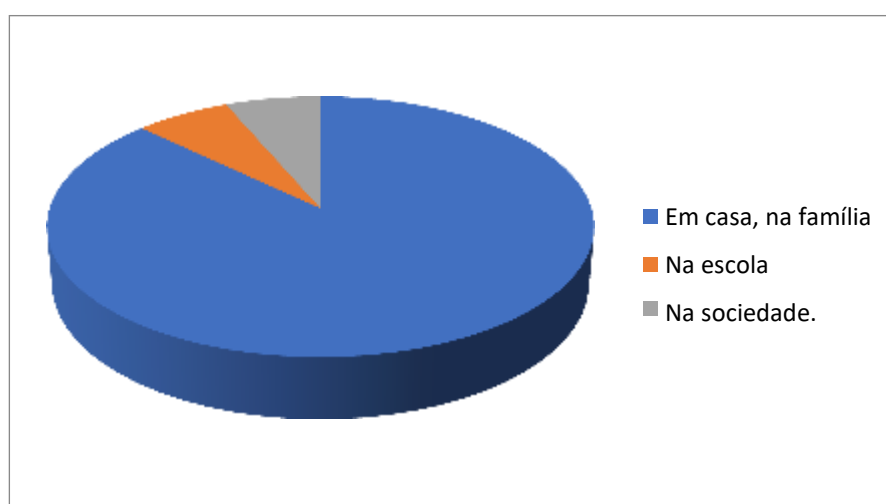
se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. (Mantoan, 2011, p.63)

A educação inclusiva não é missão apenas do cenário escolar, mas também. A sociedade necessita de ações afirmativas que conduzam todos nós ao caminho da inclusão social. Inclusão não é uma tarefa fácil, mas é possível, desde que todos colaborem e tenham a inclusão social como parte de nossas vidas. O gráfico retrata bem essa realidade.

#### 6.4 - Onde Começa a Inclusão Social?

A inclusão social começa em que lugar, em sua opinião?

**Gráfico – 10 - Onde Começa a Inclusão Social?**



Fonte: Elaborado pela autora

Para nós as mudanças no nível social não devem ser ignoradas pela escola, uma vez que ela expressa os valores e sentimentos que emergem da sociedade. Dessa forma, o ensino e a nova forma de ensinar devem reconhecer o que Mantoan, (2003) pontua como –caráter multidimensional dos problemas e das soluções!, como uma forma de propor um currículo no qual as diferenças não sejam escondidas, mas evidenciadas e compreendidas como importantes para o avanço do pensamento plural.

A Constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados. (MANTOAN, 2003, p.22)

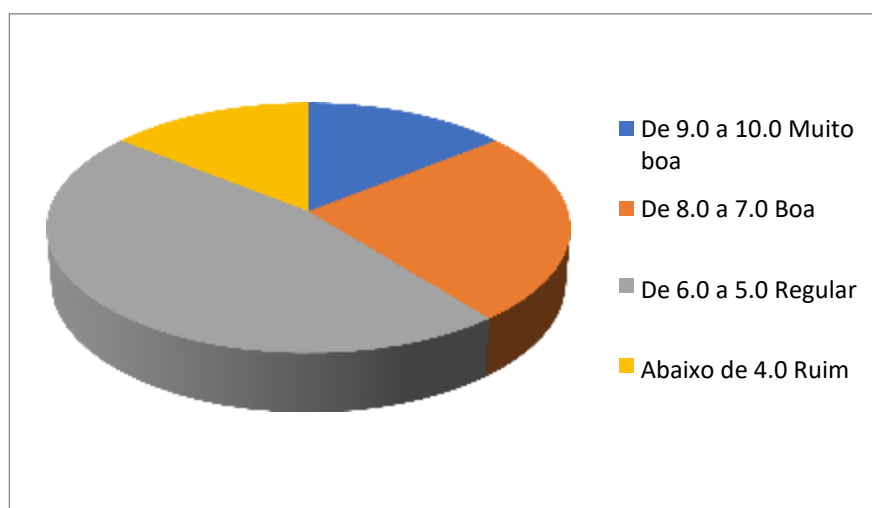


Pelo resultado das entrevistas e observações feitas ao longo do período da pesquisa, nota-se que dos 05 responsáveis por alunos com deficiências, todos acreditam que a inclusão social precisa estar em casa, presente nas famílias, daí estendida, de maneira natural à escola, à sociedade refletindo atitudes. .

### 6.5 - A Escolarização das Pessoas com Deficiências

Como responsável de um aluno com deficiência, que nota daria a escolarização de seu (sua) filho (a) de uma maneira geral?

**Gráfico – 11 - A Escolarização das Pessoas com Deficiências**



Fonte: Elaborado pela autora

A escolarização dos alunos com deficiências precisa partir, desde muito cedo da inclusão, de maneira natural. Mas há preconceitos e muitos mitos que ainda hoje, andam atrelados à escolarização, separando o que é diferente dos padrões normais de comportamento, atitudes e ideias.

De uma maneira geral, os responsáveis pelos alunos com deficiências consideraram regular a escolarização de seus filhos, mais entendem que não estão tendo todos os seus direitos garantidos, como professores mediadores acompanhando-os às aulas regulares, sem adaptações e flexibilizações curriculares em seu grupo de referência, mediando assim a aprendizagem, frequentando a Sala de Recursos Multifuncionais, no contra turno escolar

e participando de projetos educacionais, visando maior autonomia e aprendizagem.

Na escola em que estudam, uma escola pública municipal, nem todos tem todos os direitos garantidos e acessibilidade, mas são unânimes em relatar que só funciona bem, essas ações inclusivas educacionais, porque estão presentes e atentas aos direitos dos filhos.

O professor de Educação Física tem em suas mãos o poder transformador e conscientizador de que suas aulas são muito mais que o famoso “quadrado mágico” e podem e devem ir além... As Olimpíadas de um ano atípico, 2021, -Tokio 2020 com força total veio para comprovar isso. Skate, surf, muro de escalada, dentre outros esportes atraíram um público, antes na invisibilidade como esporte olímpico.

Dentro desta visão é de suma importância que os profissionais de Educação Física tenham plena consciência do seu papel em todo este processo, utilizando suas habilidades, não só nos aspectos técnicos, mas também e, sobre tudo, na formação de pessoas mais tolerantes e com entendimento que as diferenças somadas sempre produzem um resultado melhor que a simples soma das igualdades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que esta pesquisa e os resultados da mesma, sejam traduzidos de maneira efetiva na vida dos alunos com deficiências e que estes sejam capazes de assumir uma postura participativa e consciente dos benefícios que o atletismo promove à vida das pessoas. Todo aprendizado adquirido e comprovado, a partir de relações sociais e melhoria nas áreas psicomotora, social, afetiva e até física se constitui uma excelente oportunidade de valorizar as diferenças e as potencialidades individuais.

A inclusão das pessoas com deficiências através do Atletismo vem colaborar com a sociedade, à medida que fortalece os vínculos emocionais, psicomotores, sociais e afetivos dos alunos que praticam o Atletismo no contra turno escolar, favorecendo a interação social, além de outros benefícios como maior frequência escolar, maior autonomia, maior interação social na escola e na família, redução de medicamentos, elevação da autoestima, maior aproveitamento escolar, maior força física, melhora no equilíbrio, força, agilidade e alimentação mais saudável e nutritiva.

No presente trabalho buscamos investigar os benefícios que o Atletismo proporciona às pessoas com deficiências que estavam acostumadas a serem invisíveis e não terem voz, perante uma sociedade excludente. Apesar de Políticas Públicas amparando e legalizando os direitos das pessoas com deficiências, na maioria das vezes, são integrados, porém não incluídos nas salas de aula, esquecidos. Buscou-se então, fortalecer-los, física e emocionalmente, despertando habilidades e potencialidades adormecidas, elevando assim sua autoestima, reduzindo a ociosidade e estimulando o prazer de participar da vida escolar, diariamente, com o auxílio de um professor de Educação Física, uma pedagoga e dois estagiários de Educação Física, em dois turnos, durante dois dias da semana, numa escola pública municipal de Araruama com pista de Atletismo oficial.

Para nos aprofundarmos nesta pesquisa foram feitos relatórios de observação de várias aulas, eventos didáticos e entrevistas com vários professores de Educação Física, responsáveis dos alunos com deficiências, equipe diretiva e técnico pedagógica da referida escola sobre a inclusão social dos alunos com deficiências através do Atletismo, no contra turno escolar, buscando, também na Literatura Acadêmica referências baseadas em ciência sobre os benefícios de atividades físicas para determinado grupo específico de alunos, com análise dos dados e discussões sobre os mesmos.

Sobre o objetivo principal, que foi investigar os efeitos de um projeto de inclusão social, envolvendo o Atletismo, os aspectos psicomotores e sociais de alunos com

deficiências foram analisados e divididos em duas macros categorias. Os dados coletados através dos responsáveis de alunos com deficiências e professores entrevistados e observados comprovam que os alunos estão se movimentando mais e melhor, em atividades diárias, utilizando o atletismo como ferramenta de superação e aprendizagens para novos movimentos naturais, como correr, saltar, pular em brincadeiras com seus pares, em qualquer situação. A interação social, a frequência escolar e maior autonomia surgiram como conseqüências.

A partir da análise dos dados coletados e do estudo realizado com os professores de Educação Física, constatou-se que a maioria dos alunos com deficiências não participava efetivamente das suas aulas regulares. Após a aplicação do projeto verificou-se um aumento na participação destes alunos nas aulas regulares de Educação Física. Alguns professores afirmam utilizar técnicas e estratégias pedagógicas que promovem a inclusão e a reconhecem como direito.

O projeto foi idealizado com intuito de mostrar que existe um caminho de incluir estes alunos de forma mais efetiva na vida escolar como um todo, mais isto depende de uma atuação de forma mais efetiva de toda a comunidade escolar, entendendo que algumas pessoas necessitam de abordagens diferentes para que todos consigam se sentir incluídos e usufruam de forma completa dos benefícios que a Escola pode oferecer.

Sugerimos que o presente estudo possa ser enviado à Secretaria de Educação de Araruama, RJ, com os dados coletados e analisados e possa ser mantido no C.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro, sendo ofertado a todos os alunos com deficiências da rede municipal de Araruama.

Os professores de Educação Física, juntamente com seus colegas especialistas e toda a equipe técnica pedagógica diretiva da escola são determinantes para disseminar a inclusão social, praticando e promovendo a nos espaços físicos e simbólicos, onde todos possam se expressar livremente e as diferenças sejam potencializadas, não como uma deficiência, mas como parte da diversidade humana.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, A. de J. P. de – LEHFELD, N. A. de S. - Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas – Petrópolis, RJ: Vozes, 15ª edição, 2004.
- BECKER, H.S.& GEER, B. Participant Observation and Interviewing a Comparison, Huwan Organisation, 16 (3): p.28-32, 1997.
- BENEVIDES, G. M. M. de C.: ALENCAR, M. de L. Panorama da evolução dos vínculos formais de trabalho das pessoas com deficiência no período de 2007 a 2020. Boletim eletrônico NTPcD – novembro de 2020, Mercado de trabalho e Pessoas com Deficiência.
- CARDOSO, L. A. **A prática pedagógica do atletismo na educação física escolar.** Revista Kinesis, Santa Maria RS, 06 de agosto de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/download/33453/pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2020.
- CONFEEF - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta brasileira da educação física.** Rio de Janeiro: CONFEEF, 2000. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=21>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.
- CONFEEF - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resolução CONFEEF n.º 056, de 18 de agosto de 2003. **Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEEF/CREFs.** Rio de Janeiro: CONFEEF, 2003. Disponível em: [http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd\\_resol=103](http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=103). Acessado em 24 de setembro de 2020.
- CONFEEF - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta brasileira de prevenção integrada na área da saúde.** Rio de Janeiro: CONFEEF, 2004. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=30>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.
- COLETIVO DE AUTORES - Metodologia do Ensino de Educação Física- Cortez Editora, 1992.
- DARIDO, S. C. Educação Física na Escola, Questões e Reflexões. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S.A, 2003.
- DIEHL, R. M.. S. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo- SP. Phorte, 2006.
- DOOLEY, L.M. (2002). **Case Study Research and Theory Building. Advances in Developing Human Resources** (4), p.343,345.
- DUARTE, E.: TOYOSHIMA S. M. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2003
- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social-São Paulo: Martins Fontes, 1999. DUTRA, R. S.; SILVA, S. S. M.; ROCHA, R. C. S. A educação inclusiva como projeto

- da escola: O lugar da educação física. *Revista Adapta*, Rio Claro, ano II, n. 1, p. 7-12, 2006.
- FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física. Campinas/São Paulo: Scipione, 1989.
- GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: Martin W. Bauer; George Gaskell (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.
- GUEDES, J. E. R. P.; GUEDES, D. P. Características dos programas de educação física escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-62, 1997.
- GODOY, A. S.. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.
- GUNTHER, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia : Teoria e Pesquisa* , vol 22, nº02, Brasília , may/aug.
- KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Atas CIAIQ2015. *Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación*, v. 2, p. 243-247, 2015.
- Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil. Organizadores: Delgado Garcia, Jesus Carlos e Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL. São Paulo: ITS BRASIL, 2017.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Maria Teresa Eglér Mantoan. – São Paulo: Moderna 2003. – (Coleção cotidiano escolar).
- MANTOAN, M. T. E. (organizadora) O Desafio Das Diferenças nas Escolas, 4º ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARIANO, C. – Educação Física: O Atletismo no currículo escolar – 3ª edição, Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018. 148 p.
- MATTHIESEN S. Q. – CORRIDAS: ATLETISMO 1 - 1ªED Rio de Janeiro isbn: 9788588023895 (2007) 185p.
- MAZZOTTI, A. J. A., GEWANDSZNAJDER F. - O Método nas Ciências Naturais e Sociais – Editora Pioneira - 2ª edição, 1999.
- MINAYO, M. C. de S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª edição. São Paulo, HUCITEC, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ ABRASCO, 1996.
- MURAD, M. – Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esporte / Maurício Murad. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 204 p.
- Nahas, M. V. Atividade física, saúde e qualidade de vida : conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo / Markus Vinicius Nahas. – 7. ed. – Florianópolis, Ed. do Autor, 2017. 362 p.
- OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.
- SER Social, Brasília, v.15, n.32 p. 237-251, jan/jun.2013.
- SANTOS, R. F. dos. Esporte e Escola: Por que não? In: SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. (Org.). Aluno – Atleta – Cidadão – Estudos no Ginásio Experimental Olímpico. Rio de Janeiro, novembro de 2014.

SILVA, O. M. A Epopeia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

TAFFAREL, C. N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física. Livro Técnico SA, 1985.

THOMAS, J.; NELSON, J. K., SILVERMAN, S. J. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

THOMPSON, P. A voz do passado- História oral. 2º edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva – Porto Alegre: Penso, 2016. e -PUB.

## APÊNDICE A

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Dados de identificação**

Título do Projeto: INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS  
ATRAVÉS DO ATLETISMO

Pesquisador Responsável: Regina Celia Couto Catarino Nome  
do participante:

Data de nascimento:

Responsável legal (quando for o caso):

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa: INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS ATRAVÉS DO ATLETISMO, de responsabilidade da pesquisadora Regina Celia Couto Catarino.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por objetivo promover a inclusão social das pessoas com deficiências da escola pública municipal, Complexo Esportivo Educacional e Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro, (C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro) do município de Araruama, RJ, através de um Projeto de Atletismo, visto que muitos alunos não participam das aulas regulares por não se sentirem capazes, física e emocionalmente, com grande índice de faltas, nos dias específicos das aulas regulares de Educação Física. Sendo assim, o projeto de atletismo, realizado no contraturno escolar pretende trabalhar com



atividades psicomotoras e afetivas, direcionadas à prática do atletismo, com o objetivo de uma maior efetivação às aulas regulares, gerando assim benefícios sociais e psicomotores, com maior frequência às aulas regulares, maior interação social e regularidade as aulas, a partir de frequência e participação ativa no Projeto de Atletismo, que será no contraturno escolar, com professores de Educação Física, duas vezes por semana.

2. A minha participação neste projeto consistirá em conduzir uma pesquisa mista, de natureza qualitativa e quantitativa, utilizando-se os instrumentos de entrevistas utilizando o aplicativo virtual Google Meet, e análise documental, realizadas com os responsáveis legais dos alunos com deficiências, alguns professores de Educação Física, equipe diretiva (direção, professores orientadores educacionais e pedagógicos) alguns profissionais de apoio e alguns professores da instituição escolar, pública municipal, C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro, um complexo desportivo, localizada no município de Araruama, RJ, no período de um ano, aproximadamente, com autorização da direção escolar, com a minha presença, como pesquisadora, de um representante da equipe diretiva e professores de educação física envolvidos nesta pesquisa.

3. Os riscos inerentes a este projeto estarão sob controle e minimizados, uma vez que todos os exercícios serão ministrados por profissional de Educação Física, devidamente habilitado, além disso, a escola já possui protocolos de atendimento aos alunos em caso de possíveis acidentes, inclusive com assistência médica, se necessário, e conforme já acordado com a Direção da escola C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro, os alunos participantes do projeto também serão atendidos por estes protocolos. Vale ressaltar, que a escola possui equipamentos e pista de atletismo adequada à prática do esporte. Os responsáveis pelos alunos participantes do projeto acompanharão, na totalidade, a realização das atividades.

4. O projeto deverá ter a duração de 1 ano, durante 02 dias da semana, uma destinada à observação ao projeto de atletismo e uma destinada à observação às aulas regulares de Educação Física, mais especificamente à atuação pedagógica dos professores em sua prática pedagógica com todos os alunos, com a participação da equipe pedagógica, de relatos de experiências e entrevista de alguns responsáveis de alunos participantes do projeto, professores de outras disciplinas As entrevistas serão realizados, via aplicativo GoogleMeet, tendo como participantes alguns professores de Educação Física

5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, apenas com uma justificativa oral , à pesquisadora.

6. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

7. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

8. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados. Os dados, também serão guardados por 05 anos e a partir deste prazo, serão apagados.

9. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Regina Celia Couto Catarino, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (21) 971012363, e-mail: regina.coutocouto@gmail.com, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da **Universidade Salgado de Oliveira - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVERSO)**, Rua Marechal Deodoro, 217, bloco B, Térreo, Centro, Niterói - RJ. CEP: 24030-060. Tel. (21) 2138-4983, E-mail: cepuniverso@nt.universo.edu.br.

Eu, \_\_\_\_\_

RG

\_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar,

como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Araruama, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Impressão dactiloscópica

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

## APÊNDICE B

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Eu, **Regina Celia Couto Catarino**, mestranda do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) solicito sua participação voluntária, na pesquisa sobre **Os Impactos Psicomotores e Sociais Desenvolvidos nos Alunos com Deficiências, a partir da prática do Atletismo**, do Complexo Esportivo Educacional e Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro, (C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro) da Rede Pública Municipal de Araruama.

É importante ressaltar que os dados colhidos farão parte da dissertação de mestrado, bem como, poderão ser divulgados em eventos acadêmicos e que sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação nesta pesquisa contribuirá com as produções e discussões científicas sobre a importância do desenvolvimento de habilidades motoras e sociais, relacionadas à prática do atletismo, nos alunos com deficiências.

Comprometo-me a sanar quaisquer dúvidas que possam surgir na aplicação da entrevista.

**Regina Celia Couto Catarino 21 97101 2363**

## APÊNDICE C

## CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
concordo em participar da pesquisa **Os Impactos Psicomotores e Sociais Desenvolvidos nos Alunos com Deficiências, a partir da prática do Atletismo**, do Complexo Esportivo Educacional e Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro, (C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro), da Rede Pública Municipal de Araruama de forma voluntária. Atesto também que fui informado (a) sobre os objetivos constantes na carta de apresentação e da importância da minha colaboração nesta pesquisa acadêmica e do sigilo das informações.

---

Assinatura

Regina Celia Couto Catarino (responsável pela pesquisa).

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

## APÊNDICE D

**Entrevista – Professores de Educação Física**

- 1- Você já teve contato direto com pessoas com deficiências? 2-  
Para você, o que é inclusão social?
- 3- Em que anos de escolaridade, trabalha, atualmente? 4-  
Há alunos com deficiências em suas turmas?
- 5- Você acredita na Educação Física, como ferramenta para incluir, socialmente, as  
pessoas?
- 6- A Educação Física, segundo a BNCC, aborda a expressão dos alunos através das  
práticas corporais, que possibilitam experiências, emotivas e lúdicas, essenciais para  
a Educação Básica. Comente:
- 7- Todos os alunos com deficiência participam de suas aulas regulares?
- 8- Você percebeu maior frequência e interação social, em suas aulas regulares dos  
alunos que participam do Projeto de Atletismo, que é aplicado em nossa escola?
- 9- Você observou algum benefício nos alunos com deficiências que participam do  
Projeto de Atletismo? Se positivo, quais foram?

## APÊNDICE E

### **Entrevista – Responsáveis pelos Alunos com Deficiências.**

- 1- Os alunos com deficiências participam das aulas regulares e dos projetos escolares que acontecem no contra turno escolar?
- 2- Há benefícios que podem ser enumerados pelas pessoas com deficiências que realizam atividades físicas?
- 3- Você percebe que os alunos com deficiências estão sendo incluídos na sociedade?
- 4- A inclusão social começa em que lugar, em sua opinião?
- 5- Como responsável de um aluno com deficiência, que conceito daria a escolarização de seu (sua) filho (a) de uma maneira geral?
- 6- Como responsável de um aluno com deficiência, que nota daria a escolarização de seu (sua) filho (a) de uma maneira geral e em que tipo de escola o aluno estuda?

## APÊNDICE F

**Artigo Publicado (Questões sempre atuais na nossa escola: Uma revisão sobre violência e inclusão)**

Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e469111234862, 2022  
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34862>

**Questões sempre atuais na nossa escola: Uma revisão sobre violência e inclusão**

Ever-current issues in our school: A review on violence and inclusion

Temas de siempre actualidad en nuestra escuela: Una revisión sobre violencia e inclusión

Recebido: 02/08/2022 | Revisado: 12/09/2022 | Aceito: 13/09/2022 | Publicado: 21/09/2022

**Natalia Guimarães Santuchi**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4605-7139>  
Universidade Salgado de Oliveira, Brasil  
E-mail: [natty.guimaraes@gmail.com](mailto:natty.guimaraes@gmail.com)

**Alexandre Dykerman Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0206-5185>  
Universidade Salgado de Oliveira, Brasil  
E-mail: [alexandredyke@gmail.com](mailto:alexandredyke@gmail.com)

**Regina Celia Couto Catarino**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7714-9642>  
Universidade Salgado de Oliveira, Brasil  
E-mail: [regina.coutocouto@gmail.com](mailto:regina.coutocouto@gmail.com)

**Renata Osborne**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4679-0530>  
Universidade Salgado de Oliveira, Brasil  
E-mail: [rerafadeo@gmail.com](mailto:rerafadeo@gmail.com)

**Roberto Ferreira dos santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0168-5286>  
Universidade Salgado de Oliveira, Brasil  
E-mail: [rob.fersantos1949@gmail.com](mailto:rob.fersantos1949@gmail.com)

**Resumo**

O estudo tem o objetivo de promover uma reflexão acerca da relação entre a inclusão social e a violência no ambiente escolar a partir da realidade de algumas escolas públicas brasileiras permeadas por um sistema educacional desigual e apresentar uma escola pública municipal com estrutura de escola modelo para todos. É uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão de literatura. As buscas foram realizadas a partir de um levantamento bibliográfico em três bases de dados digitais – CAPES; Scielo e Google Acadêmico, assim como livros, no período de junho a agosto de 2022. Em um contexto de desigualdade social, fruto das crises econômicas que assolam o nosso país e atingem com maior impacto grupos mais vulneráveis, a escola, principalmente a pública, sente os efeitos desse desequilíbrio. Este cenário provoca um contexto de exclusão no espaço escolar que desencadeia inúmeras formas de violência dificultando o processo de inclusão social e de uma escola para todos. Utilizamos uma escola pública modelo para mostrarmos que uma escola bem planejada e de gestão eficiente é capaz de promover a inclusão dos alunos e a diminuição das diferentes expressões da violência. Como conclusão, compreendemos que a educação é uma importante ferramenta no combate às desigualdades sociais sobretudo quando oferece condições mais igualitárias e justas para os mais diversos alunos de usufruírem de um ensino de qualidade capaz de contribuir para reversão do quadro atual, minimizando a violência e promovendo a inclusão.

**Palavras-chave:** Desigualdade social; Políticas Públicas Educacionais; Inclusão social; Violência.

**Abstract**

The study aims to promote a reflection on the relationship between social inclusion and violence in the school environment from the reality of some Brazilian public schools permeated by an unequal educational system and to present a municipal public school with a model school structure for all. It is a research of a qualitative nature, of the literature review type. The searches were carried out from a bibliographic survey in three digital databases – CAPES; Scielo and Google Scholar, as well as books, within the period from June to August 2022. In a context of social inequality, the result of the economic crises that plague our country and affect with greater impact the most vulnerable groups, schools, especially the public ones, feel the effects of this imbalance. This scenario has been provoking a context of exclusion in the school space that triggers countless forms of violence, hindering the process of social inclusion and a school for all. We use a model public school to show a well-planned school with efficient management is able to promote the inclusion of students and the reduction of the different expressions of violence. In conclusion, we understand that education is an important tool in the fight against social inequalities, especially when it offers more equal and fair conditions for the most diverse students to enjoy a quality education capable of contributing to the reversal of the current situation, minimizing violence and promoting inclusion.

**Keywords:** Social inequality; Public Educational Policies; Social inclusion; Violence.

### Resumen

El estudio tiene como objetivo promover una reflexión sobre la relación entre inclusión social y violencia en el ambiente escolar a partir de la realidad de algunas escuelas públicas brasileñas permeadas por un sistema educativo desigual y presentar una escuela pública municipal con una estructura escolar modelo para todos. Se trata de una investigación cualitativa, del tipo revisión de literatura. Las búsquedas se realizaron a partir de un levantamiento bibliográfico en tres bases de datos digitales – CAPES; Scielo y Google Scholar, así como libros, de junio a agosto de 2022. En un contexto de desigualdad social, producto de las crisis económicas que asolan nuestro país y afectan con mayor impacto a los grupos más vulnerables, la escuela, en especial la ciudadanía, sentir los efectos de este desequilibrio. Este escenario provoca un contexto de exclusión en el espacio escolar que desencadena numerosas formas de violencia, dificultando el proceso de inclusión social y de escuela para todos. Utilizamos una escuela pública modelo para mostrar que una escuela bien planificada y administrada de manera eficiente es capaz de promover la inclusión de los estudiantes y reducir las diferentes expresiones de violencia. En conclusión, entendemos que la educación es una herramienta importante en la lucha contra las desigualdades sociales, especialmente cuando ofrece condiciones más igualitarias y justas para que los más diversos estudiantes disfruten de una educación de calidad capaz de contribuir a la reversión de la situación actual, minimizando la violencia, y promover la inclusión.

**Palabras clave:** Desigualdad social; Políticas Públicas Educativas; Inclusión social; Violencia.

## 1. Introdução

A desigualdade social é caracterizada como um fenômeno histórico que se reflète de diversas maneiras através de diferenças entre classe sociais, raciais, de gênero, de religião, dentre outros, sendo mediada por relações de dominação entre as diferentes classes sociais. A partir dessa compreensão e concomitante com a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgada em 2019, no qual o Brasil ocupa a 84ª posição, este é compreendido como um país desigual e de pequena mobilidade social e educacional (Conceição & Zamora, 2015).

A educação é um fenômeno social estando atrelada à diferentes elementos políticos, econômicos e culturais de uma sociedade. Nesse sentido, a educação configura-se como um processo social enquadrada em um concepção de sociedade que se almeja, onde estabelecem-se fins a serem alcançados em concordância com ideais de uma classe dominante dentro de uma determinada realidade histórica. A partir dessa compreensão, a educação apesar de ser um processo constante ao longo da história em todas as sociedades, ela não se efetiva da mesma maneira em todos os lugares e tempos (Dias & Pinto, 2019).

A instituição escolar é parte integrante da sociedade além de importante elemento social na vida dos indivíduos sendo estruturada por diferentes componentes culturais e sociais. Considerando como um dos seus principais objetivos o desenvolvimento das aptidões individuais, espera-se dela a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes (Barbosa, 2001). Ademais, o processo educacional quando disseminado de maneira universal torna-se um importante mecanismo de promoção de oportunidades entre os cidadãos de um país. Nesse sentido, em se tratando de situações de importante desigualdade, a responsabilidade do poder público e de atuação do Estado ganha maior relevância (Castro, 2009). Desse modo, a educação como direito de todos, deve ser ofertada de maneira igualitária, equânime e justa, comprometida com os valores de uma sociedade democrática e de um sistema educacional público de qualidade.

Nessa perspectiva, políticas educacionais igualitárias respondem por um processo de escolarização onde o núcleo estudantil possui direitos iguais, sem qualquer forma de discriminação, frequentando os mesmos espaços e com ingresso, continuidade e sucesso em todas as etapas da educação básica. Trata-se, assim, da efetivação de oportunidades e condições a todos, sem distinção, contemplando desse modo o direito da cidadania e dos direitos humanos (Cury, 2005).

O fenômeno da desigualdade social brasileira invade o sistema público escolar, haja vista que a escola não apresenta muros impermeáveis aos problemas de uma sociedade injusta e desigual. Ao se analisar a conjuntura educacional pública brasileira, percebe-se que sua função de promoção de indivíduos encontra-se em desalinho com relação às expectativas sociais atreladas a ela (Abramovay & Rua, 2002). Zagury (2006) salienta que a partir dos resultados em avaliações nacionais e internacionais, evidencia-se que o Brasil não conseguiu alcançar a democratização de maneira equitativa no que tange o acesso ao conhecimento.



Sabe-se que a educação é um direito humano fundamental e deve acontecer sem distinção. Sobre isso, a Constituição Federal de 1988 destaca que a igualdade deve acontecer independentemente de origem, raça, sexo, cor, idade ou outra maneira quaisquer de discriminação, além de garantir a todos o direito à educação (Mantoan, 2003). Entretanto, a realidade brasileira é marcada por barreiras estruturais frente à cidadania e à justiça social e se revela contraditória mediante um país onde a educação é um direito, mas não se constitui como projeto de sociedade e Estado (Gomes & Duarte, 2019).

O acesso à educação foi conduzido na década de 1920 através de reformas educacionais e impulsionado a partir da década de 1930 a partir de uma pedagogia contrária a um sistema educacional limitado para às classes da elite. Em 1960, surgem movimentos voltados para uma educação popular, visando uma maior participação política, no entanto, tal movimentação que era reivindicada por uma minoria, distanciou-se ainda mais de uma sociedade democrática com o golpe de 1964 onde a classe dominante era mais favorecida (Carvalho & Treviso, 2021). Nesse sentido, as autoras destacam que o processo educacional nunca foi prioridade na sociedade brasileira, mantendo-se sempre aliado aos interesses da elite nos aspectos políticos, culturais e econômicos, e ao trazer a educação para temas atuais, destacam a existência ainda de traços históricos estruturais e contraditórios onde existe um abismo de qualidade quando comparado o processo de escolarização entre as instituições públicas e privadas.

A respeito disso, Alencar e Gentili (2003) elencam para a existência de redes educacionais estruturalmente diferentes e segmentadas onde a qualidade do direito à educação está atrelada aos condicionantes financeiros. Assim, ter acesso à escola não corresponde a ter acesso a mesma educação. Considerando que a maior parte dos estudantes do país estudam em escolas da sistema público de ensino evidencia-se, desse modo, que esta parcela importante da população não se encontra nas prioridades de recursos de políticas públicas do Estado.

A inclusão, em seu sentido total, favorece toda a comunidade escolar criando condições favoráveis para o pleno desenvolvimento do aluno estreitando a relação com as famílias e fortalecendo o respeito às diferenças e a tolerância, valores estes, que infelizmente são ignorados por parte da sociedade. Esta, no ambiente escolar, não se restringe apenas a colocar no mesmo espaço diferentes tipos de alunos com as mais variadas especificidades, mas garantir condições favoráveis para que esses alunos tenham uma educação de qualidade. É importante destacar que várias ações devem ser implementadas para facilitar esse processo, como a capacitação dos profissionais de educação; melhoria da infraestrutura dos espaços escolares promovendo a acessibilidade e diminuindo as barreiras físicas, de comunicação e informação principalmente para os alunos com deficiência; utilização de material específico e adequado; a utilização de metodologias diversas que atinjam as necessidades de cada aluno; o estabelecimento de parcerias com redes de apoio; entre outras medidas que favoreçam a criação de um ambiente propício à inclusão. Nesta concepção, com a efetivação da inclusão integral percebe-se um ambiente mais acolhedor, mais afetivo e menos propenso a atitudes hostis ou violentas, tão presentes no cotidiano das nossas escolas.

Em correspondência com essas ideias, a Declaração de Salamanca de 1994 aponta que em um escola inclusiva todos devem aprender juntos, independente de quaisquer diferença e dificuldade, tomando conhecimento das especificidades e necessidades diversas entre os alunos, adequando-se a realidade e ritmo de aprendizagem destes e assegurando uma escolaridade de qualidade a partir de recursos, metodologias de ensino e modificações organizacionais dentro de uma perspectiva de currículo apropriado (Stobaus, 2003).

Diante do contexto de exclusão / inclusão social no espaço escolar, permeado pela desigualdade social que atinge as escolas públicas brasileiras, a educação assume importância significativa, haja vista que quanto maior a inclusão social menor o favorecimento do surgimento de práticas violentas dentro do ambiente escolar. Neste viés, a realidade das escolas públicas brasileiras instigou a reflexão a respeito da desigualdade social, sua implicação no sistema educacional e a violência decorrente de tal processo. Em princípio, tratou-se de compreender, de maneira geral, o sistema público educacional brasileiro no bojo das relações produzidas pela desigualdade social que permeia a sociedade e a relação desse processo com a violência e a violência

escolar. Em seguida, este trabalho buscou discutir a inclusão no seu sentido amplo referente ao espaço escolar e os impactos que uma escola pública, diferenciada, reflete em sua comunidade.

Considerando que o fenômeno da violência não se restringe ao campo das agressões físicas e verbais e que a violência no meio escolar se manifesta também através de práticas de exclusão, discriminações e preconceitos, praticados na, pela e contra a comunidade escolar, compreendemos que políticas públicas educacionais ineficientes mostram-se como elementos de exclusão social no ambiente escolar de tal modo que o processo de ensino aprendizagem aconteça de maneira desigual entre o corpo estudantil. Posto isso, ao se analisar a realidade da maioria das escolas públicas brasileiras, percebe-se que estas, encontram-se a uma larga distância daquilo que se pretende como educação de qualidade capaz de contemplar a heterogeneidade do seu público, mas que é possível encontrar boas práticas em algumas escolas públicas, como citada neste estudo. Dentro dessa perspectiva, as diferentes expressões de violência no espaço educacional encontram-se permeadas de situações de exclusões e desigualdades. Assim, o objetivo deste trabalho é promover a reflexão a respeito da relação entre a inclusão social e a violência no ambiente escolar a partir da realidade de algumas escolas públicas brasileiras permeadas por um sistema educacional desigual e apresentar uma escola pública municipal, com estrutura de escola modelo para todos, com gestão democrática e inclusiva, em todos os sentidos.

## 2. Metodologia

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão de literatura. De acordo com a American Psychological Association (Apa, 2012) os artigos de revisão de literatura são caracterizados por avaliações críticas a respeito dos materiais já publicados, levando em conta o progresso dos estudos sobre a temática abordada. Segundo Taquette e Borges (2020, p. 94) “[...] tem por objetivo conhecer o estado da arte sobre o tema, ou seja, o conjunto de conhecimentos já existentes sobre o que se quer pesquisar”. Neste viés, Koller, Couto e Von Hohendorff esclarecem que:

Os ARLs (artigos de revisão de literatura) são textos nos quais os autores definem e esclarecem um determinado problema, resumem estudos prévios e informam aos leitores o estado em que se encontra determinada área de investigação. Também identifica relações, contradições, lacunas e inconsistências na literatura, além de indicar sugestões para a resolução de problemas (Koller, Couto & Von Hohendorff, 2014).

Nessa perspectiva, o artigo de revisão de literatura destaca análises, críticas e questionamentos a respeito de temáticas já desenvolvidas, servindo como base teórica para a realização de estudos futuros (Taquette & Borges, 2020). Vale ressaltar que a revisão de literatura é parte fundamental de qualquer trabalho acadêmico, podendo ser uma parte do estudo ou ser o todo (Koller, Couto & Von Hohendorff, 2014).

O tipo de revisão de literatura da referida pesquisa consiste em uma revisão narrativa e de acordo com Ribeiro (2014), este tipo de revisão tem a preocupação inicial de fornecer “sínteses narrativas” onde é possível compilar conteúdos de obras distintas, apresentando-as ao leitor de maneira compreensiva e sem o compromisso de descrição de critérios de coleta e seleção das obras referenciadas.

As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, o método de busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. São, basicamente, análises da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas ou digitais, baseadas na interpretação e análise crítica do autor [...]. (Ribeiro, 2014, p. 676-677).

Desse modo, a revisão narrativa pode se associar a seis etapas de acordo com as orientações de Souza et al. (2018), a saber: a escolha do tema; busca na literatura; seleção de fontes; leitura transversal; redação e referências.

A fundamentação teórica do presente estudo foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico em três bases de dados digitais – Portal de Periódicos CAPES; Scielo e Google Acadêmico, assim como livros e trabalhos de pós-graduação. O recorte temporal para seleção dos dados correspondeu ao período de junho a agosto de 2022, abrangendo as palavras-chave desigualdade social, políticas públicas educacionais, a inclusão social e a violência. O período do levantamento bibliográfico foi delineando para os últimos 30 anos de publicação. Tal período de busca deu-se ao fato do processo de democratização brasileira em busca de uma melhor oferta de educação pública dentro de contexto de desigualdades econômicas ser datada a partir da década de 1980. Tal período é marcado por reivindicações a respeito da relação entre desigualdades e diversidades presentes em todos os níveis e etapas de escolarização (Gomes, 2012).

### 3. Revisão de literatura

#### 3.1 Desigualdade social e o sistema educacional brasileiro

A desigualdade social é um fenômeno existente na realidade das grandes cidades e centros urbanos brasileiros e caracteriza-se pela capacidade de aglutinar em uma mesma localidade distintos grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais contrários (Guzzo & Euzebios Filho, 2005). Nesse sentido, o relatório da Oxfarm Brasil publicado em 2017 elucida para a questão do Brasil estar enquadrado como um dos piores países do mundo no que tange a concentração de renda, concentrando mais de 16 milhões de indivíduos inseridos na linha de pobreza. Tais dados indicam para um sistema social-econômico concentrador de rendas e excludente (Machado, 2017). Em consonância com essas ideias, de acordo com o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019 a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o Brasil passou do 79º para o 84º lugar entre 189 países. O índice mede a saúde, a educação (conhecimento) e o padrão de vida (indicado pela renda) dos países. Mesmo considerando a redução dos níveis de pobreza extrema ainda é constatado a existência de uma enorme distância entre as camadas mais privilegiadas e o grupo populacional que se encontra à margem da sociedade (Conceição & Zamora, 2015).

Em correspondência com o exposto acima, de acordo com relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil é o sétimo país com maior poder de desigualdade no mundo. Posto isso, cabe ressaltar que 27% da renda encontra-se no poder de apenas 1º da população e que a taxa de desemprego entre mulheres negras é de 16,5% enquanto a de homens brancos ocupa 8,3% de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD), anunciado em 2019 (Carvalho & Treviso, 2021). Tendo isso em vista, a desigualdade social encontra-se permeada por elementos relevantes como a discriminação, a questão do gênero e a tributação de imposto.

Desse modo, na sociedade brasileira, a totalidade dos problemas sociais, concomitante com um poder público ineficaz, intensificam a problemática da violência pois deixam espaços no desenvolvimento digno do ser humano, sentenciando caminhos árduos, norteados pela falta de emprego, serviços públicos essenciais precários, corrupção, justiça pouco eficiente, desigualdades, impunidades, dentre outros problemas constituintes da realidade brasileira (Machado, 2017).

Nos países industrializados mais evoluídos tornou-se evidente a importância de pautas governamentais a respeito da centralidade da educação e as prioridades de investimento na busca por caminhos a fim de uma sociedade com mais equidade social. Assim, o sistema educacional sofre mudanças de acordo as suas características históricas para preparar uma nova cidadania perpassando por desdobramentos políticos, sociais e éticos. Entretanto, nos países de Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina, onde o Brasil encontra-se inserido, as estratégias de desenvolvimento e políticas públicas precisam adequar-se às situações estruturais vigentes como o crescimento desigual, as desigualdades na distribuição de renda, a ineficiência e a desarmonia na oferta de serviços educacionais (Mello, 1991).



A educação nos países mais desenvolvidos é parte integrante das políticas públicas sociais, servindo como fator estratégico de desenvolvimento econômico a partir da capacidade de ampliação de oportunidades para os sujeitos e, dessa forma, arrecada uma boa quantidade de recursos públicos. Entretanto, no Brasil apesar do crescimento no que tange a ampliação de acesso aos diferentes modalidades e níveis de ensino, contemplando à universalização do ingresso ao ensino fundamental, ainda tem-se a problemática da baixa escolaridade média da população, bem como a desigualdade contínua (Castro, 2009). Desse modo, a escola, em especial a pública, mostra-se como um local de reprodução das desigualdades sociais ao invés de emancipação e transformação social. As políticas públicas vigentes encaram de maneira superficial a problemática das desigualdades como se apenas a democratização ao acesso fosse suficiente no seu combate (Arenhart & Silva, 2014).

A realidade brasileira das escolas públicas é marcada de maneira geral por excesso de alunos em sala de aula, infraestrutura precária, falta de materiais e recursos insuficientes, dificultando assim, a aprendizagem significativa e favorecendo o aumento de defasagens ao longo dos anos escolares. Tendo em vista que geralmente os estudantes das escolas públicas são de classe econômica baixa e vindos de diferentes contextos sociais, a desigualdade perpetua dentro dessas instituições (Carvalho & Treviso, 2021).

A respeito da educação, esta assume um papel estratégico como instrumento em favor da redução da desigualdade. Políticas de educação igualitárias se encontram a favor de uma escolarização voltada para direitos iguais, sem qualquer tipo de discriminação seja por gênero, raça, etnia ou religião. Desse modo, é possível a efetivação de igualdade de oportunidades, bem como acesso e permanência em todos os níveis da educação básica, contemplando, assim, a cidadania e os direitos humanos (Cury, 2005)

Corroborando com estas ideias, Garcia e Yannoulas (2017) indicam que a educação e as políticas públicas tornam-se importantes elementos em favor da diminuição de desigualdades sociais e econômicas, indispensáveis para o acesso aos direitos humanos essenciais, bem como redução dos níveis de pobreza, índices de criminalidade e ampliação do crescimento econômico (Garcia & Yannoulas, 2017). Sobre a educação, Yannoulas aponta que:

Existe um debate quase permanente sobre o poder da educação para resolver os problemas da desigualdade social. Ora se espera tudo da educação, ora se coloca a educação como a fonte da eterna reprodução da mesma sociedade desigual. A educação formal pública é uma das demandas das sociedades modernas. No Brasil, a luta por uma educação pública de qualidade par todos é pleiteada por movimentos sociais e entendida como elemento fundamental de uma sociedade democrática e republicana. Contudo, o debate sobre a universalização da educação deve estar acompanhado de uma reflexão sobre o papel que o sistema educacional assume na realização de políticas sociais focalizadas, como a política de assistência social (Yannoulas, 2013a, p. 17).

No Brasil, apesar de ambas as instituições escolares, públicas e privadas, ofertarem vagas em suas unidades, apenas estar matriculado não garante aos estudantes oriundos das camadas populares as mesmas oportunidades daqueles de camadas mais altas, tendo em vista todo o contexto diferenciado em que se encontram. Dessa forma, a própria escola ao igualar os seus estudantes tende a reforçar e reproduzir as desigualdades sociais, privilegiando aqueles que se encontram dentro da cultura dominante (Vendrami et al., 2021).

De acordo com Moreira e Nonato (2015), a desigualdade social brasileira encontra-se presente em duas esferas: dentro das instituições escolares públicas e entre as instituições públicas e privadas de ensino. Nesse perspectiva, os autores apontam que a qualidade na educação básica relaciona-se ao poder aquisitivo e exemplificam o fato das unidades escolares com maior aproveitamento no ENEM (exame nacional do ensino médio) em sua maioria serem instituições privadas. Ademais, as escolas privadas brasileiras concentram em seus componentes a parcela da população com maior percentual de renda. Tendo em vista isso, os mesmos autores esclarecem que a apesar da educação ser um direito e de seu acesso alcançar a maioria dos cidadãos brasileiros, a sua qualidade relaciona-se ao poder aquisitivo do sujeito.

Corroborando com as ideias supracitadas, o Censo Escolar de acordo com Gomes e Duarte (2019) indica para um alto percentual de evasão escolar no Ensino Médio, chegando a 12,7% e uma taxa de 15,2% de repetência no ano de 2017. Os mesmos autores chamam a atenção para o fato de as taxas de evasão e repetência serem em grande parte entre os alunos mais pobres, pretos e pardos. Concomitante a esses dados, o IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia) de 2016 mostrou a taxa de conclusão da educação básica de 56,7% e dentro dessa taxa, 88% dos estudantes eram de escolas públicas (Gomes & Duarte, 2019). Já a análise dos dados da Prova Brasil entre 2005 e 2013 revelou que apesar do aumento nos investimentos para melhoria da educação pública a partir de 2003, houve um aumento da diferença entre núcleos de estudantes discriminados por gênero, cor e nível socioeconômico. Desse modo, houve uma elevação da média educacional de maneira geral, entretanto, os grupos sociais não foram beneficiados de forma igualitária (Cavalcanti & Oliveira, 2019). Neste sentido, no Brasil ainda não foi possível a universalização nem mesmo da educação básica que corresponde a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O ensino médio apesar de se encontrar próximo à universalização com 98% dos estudantes entre 6 e 14 anos de idade matriculados, não necessariamente significa uma adequação idade-série, haja vista que 24% dos alunos de 16 anos não terminaram o ensino fundamental devido a intercorrências como reprovação e abandono, além do não alcance daquilo que é esperado em cada etapa escolar (Alves, 2020).

Os dados das pesquisas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) realizadas entre 2010 e 2014 a respeito da exclusão escolar no Brasil abrangendo aspectos relacionados ao ingresso, permanência, continuidade e conclusão da etapa de escolaridade básica apontou para um grupo mais evidentes de excluídos da escola como os jovens oriundos de família com baixa renda e de responsáveis de baixa escolaridade, os jovens negros, indígenas, com deficiências e que residiam no campo (Nascimento & Santos, 2020). Os mesmos autores apontam que apesar da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE 2019 com dados de 2018 revelarem que tais índices mostram avanços positivos, os desafios ainda se apresentam como importantes, haja vista que naquele ano a taxa de estudantes de 4 a 5 anos de idade que se encontravam fora da pré-escola era de 7,6%; entre jovens de 15 a 17 anos a taxa era de 11,8 % de estudantes fora escola; entre jovens com atraso escolar a taxa representava 23,1% e jovens que não frequentavam a escola a taxa correspondia a 7,6%. Neste viés, os autores chamam atenção para o percentual de jovens com atraso escolar ser quatro vezes maior àqueles pertencentes a camadas menos favorecidas socioeconomicamente quando comparado aos jovens de classes mais favorecidas. Com relação às diferenças entre grupos sociais, os jovens sem instrução ou com ensino fundamental incompleto representavam uma taxa de 49% para os negros e de 33,5% para os brancos. Tais dados evidenciam materialização da desigualdade social permeada por exclusões que atingem a grupos específicos da população.

### **3.2 Desigualdade, violências e violência escolar**

A sociedade moderna passou por mudanças importantes onde foram alteradas as relações de sociabilidade devido aos processos de fragmentação social, individualização, massificação, exclusões sociais e econômicas. Como consequência de tais processos, emergem novos problemas sociais e surgem distintas práticas de violência como norma social de diferentes grupos da sociedade (Dos Santos, 2001).

Os estudos a respeito da temática da violência na sociedade contemporânea associam o fenômeno com às políticas e os progressos da sociedade de maneira geral. O rápido crescimento industrial, avanços tecnológicos, concentrações de renda desiguais, consumo exagerado, negações sociais e dificuldade de acesso aos serviços essenciais são elementos que favorecem o agravamento da problemática referida. O Brasil, marcado por uma concentração de renda desigual e por processos de desigualdades sociais, contribui assim, com o aumento da violência como resultado de diversos problemas sociais (Souza, 2008). Dessa forma, na sociedade brasileira a violência também é especificada pelo por ações desrespeito, negação da outra pessoa e violação de direitos humanos essenciais que se juntam aos distintos problemas sociais existentes como a miséria,



desemprego, fome, corrupção e concentração de renda (Paula et al., 2010).

A violência nos dias atuais, diferentemente daquela usada no passado na busca de resolução de conflitos e disputas, está presente em quase todos os lugares e apesar de não ser exclusiva aos locais e núcleos pobres, se apresenta permeada de desigualdades sociais, miséria, ineficientes políticas públicas de segurança, relações de poder, exclusões e frustrações. Juntamente a isso, consegue alcançar diferentes gerações e classes sociais, atravessando diferenças de cunho políticos, étnicos, de gênero e geográficos. (Abramovay & Castro, 2006). Assim, adquire novos formatos tornando-se um desafio social, alcançando todos os sujeitos, instituições e grupos, bem como, por todos também ser produzida (Assis et al., 2010).

Diariamente são noticiados casos diversos de violência através da mídia e estes passam muitas vezes despercebidos por grande parte da população. De acordo com Silva (1997), além da gravidade da violência em si, faz-se notar o fato de a população brasileira não parecer mais se indispor com as diferentes expressões de violência que acontecem cotidianamente na sociedade. A naturalização e a falta de perplexidade diante dos acontecimentos como a corrupção na política, o desemprego, a fome, a baixa perspectiva de determinados estratos sociais, as discriminações, entre outros, revelam uma sociedade concentrada em inversão de valores éticos, morais e espirituais (Lippelt, 2004). Neste viés, a banalização do fenômeno da violência é característica da sociedade brasileira onde a população sente-se impotente mediante a uma sociedade marcada por processos de fragmentações, cujas autoridades não se mostram capazes de solucionar o problema, assim, a violência mostra-se como uma prática social vigente (Souza, 2008; Dos Santos, 2001).

Diversos trabalhos buscam associar a problemática da violência com a violência escolar. Gonçalves e Sposito (2002) argumentam que o fenômeno da violência penetra paulatinamente a instituição escolar, visto que esta não se encontra imune às influências da sociedade e que tal fenômeno estaria relacionado aos processos de desestruturação familiar, causas socioeconômicas, exclusão social, falta de oportunidades e de trabalho, tráfico de drogas, influência midiática, falta de referência para os jovens, falta de perspectiva de vida, dentre outros. Posto isso, todos esses fatores poderiam ser configurados como geradores de violência escolar (Priotto & Boneti, 2009).

Dentro dessa perspectiva, os autores supracitados caracterizam a violência escolar como as ações de violência, comportamentos antissociais e agressivos, conflitos interpessoais, ações criminosas, danos causados ao patrimônio, discriminações e marginalizações, praticados pela e na comunidade escolar (docentes, funcionários, estudantes, familiares e sujeitos não pertencentes à escola) no ambiente escolar. Sobre as vítimas, cabe ressaltar que os autores apontam para a existência de grupos comumente mais atingidos pela violência geral e escolar como indivíduos de etnia negra, homossexuais e aqueles de menor status socioeconômico (Abramovay & Rua, 2002).

Corroborando com as concepções supracitadas, Debarbieux (1999) apud Abramovay et al. (2002), associa a violência no cotidiano escolar a três dimensões sócio-organizacionais: a primeira corresponde a degradação no ambiente escolar, resultando em estruturas deficientes. A segunda relaciona-se a uma violência de origem externa e que invade o interior da escola como a exclusão social, o tráfico de drogas e a inserção de gangues na instituição. E a terceira relaciona-se às especificidades da instituição escolar.

Nesse mesmo sentido, Ruotti et al. (2006) indicam que existem as causas exteriores à escola (preconceitos, discriminações, desestruturação familiar, local onde a escola está inserida, etc) e causas interiores (regras da instituição, má qualidade de ensino, punições escolares, falta de recursos financeiros, relação professor e aluno, distorção de idade-série, dentre outros). Os autores evidenciam que o espaço escolar encontra-se diante de uma crise na educação, onde os estudantes já não veem sentido em frequentá-lo por considerá-lo desagradável e excludente, acabando por concentrar conflitos e práticas violentas. Desse modo, o fenômeno pode ser analisado tanto pela estrutura da sociedade, em um nível macro, quanto pelas relações internas da instituição de ensino, em nível microssocial (Ferreira, 2010).

No Brasil, a partir da década de 60 o sistema educacional passa por mudanças e se expande. Com a abertura de novas

unidades escolares, a instituição passou a receber uma parcela da população que não a frequentava e se deparou com a heterogeneidade de comportamentos e valores (Abramovay, 2002). Gonçalves e Sposito (2002) evidenciam que a atenção voltada para a questão da violência escolar ganhou mais destaque nas pesquisas a partir do processo de democratização brasileira datado da década de 1980, o que ocorreu concomitantemente à disseminação da criminalidade e delinquência. No entanto, apesar de tal processo de democratização tivesse por objetivo a oferta de melhores condições de vida e possibilidades de ascensão social, a instituição escolar mostrou-se despreparada para lidar com tal público, evidenciando, assim, as desigualdades dentro do ambiente escolar (Abramovay, 2002).

A partir da década de 1980 o aumento da violência já estava sendo associado a fatores de exclusão social juntamente com o aumento dos casos de criminalidade devido as dificuldades de ascensão social e de consumo pelas classes menos favorecidas (Sposito, 2001). Nesse viés, muitos estudos relacionam a violência escolar como reflexo da violência da sociedade contemporânea (Da Silva Leme, 2009). No entanto, apesar da relevância dessa relação da desigualdade social com a frustração de expectativas de ascensão, Abramovay e Rua (2002) indicam que apenas tais fatores são insuficientes para a compreensão da temática da violência no seio escolar, tendo em vista que tal fenômeno acontece também em instituições privadas. Outros estudos analisam o fenômeno da violência escolar associado à violência institucional praticada pela própria escola, ou seja, a violência associada à desigualdade social, sendo reproduzida e legitimada pelo sistema educativo. Nessa perspectiva, o processo de exclusão social que permeia a sociedade também é praticado no âmbito educacional (Paula et al., 2010).

Tendo em vista isso, a compreensão da violência escolar se dá a partir de uma construção social que ocorre na interação dos indivíduos com o espaço escolar e deve levar em conta os seus novos formatos, assim como, as particularidades dos contextos envolvidos. Evidencia-se, então, a possibilidade desse fenômeno ser compreendido como um processo social que engloba as relações internas, externas e institucionais referentes às relações sociais entre os indivíduos (Priotto & Boneti, 2009).

A busca de uma conceituação ampliada de violência e da violência escolar justifica-se pela visão dos fenômenos como intrinsecamente associados a diferentes contextos sociais, culturais e históricos onde eles acontecem. Nessa concepção, é legítimo incorporar diferentes processos e comportamentos envolvendo os diversos atores (alunos, professores, diretores, família, dentre outros), assim como, a própria instituição escolar. Assim, seriam considerados como violência não somente os eventos considerados graves, bem como todos os conflitos incorporados ao cotidiano dos estabelecimentos de ensino (Abramovay et al., 2006). Nas palavras da autora, juntamente com outros autores:

[...] chama a atenção a preocupação com a violência no ambiente escolar mesmo quando se tem em vista que tais problemas, muitas vezes, não podem ser analisados unicamente com enfoques na escola, seus alunos e professores, pois remetem diretamente a questões estruturais da sociedade brasileira, como as dificuldades econômicas e sociais que marcam profundamente a constituição de valores e do comportamento dos envolvidos (Abramovay, Castro & Waiselfisz, 2015, p. 185).

Ao analisar o fenômeno através de ações em englobam a destruição e a força, deve-se mencionar outras práticas consideradas mais sutis e rotineiras presentes no cotidiano da sala de aula como o racismo, a intolerância e a violência simbólica (Sposito, 2013).

Nesse contexto, Graciani (1995) salienta que há um espaço social marcado por um desencontro entre a escola e as singularidades culturais das camadas pobres das grandes cidades. A partir desse difícil relacionamento da instituição escolar com essa população surge a violência simbólica do saber escolar, estabelecida através de hábitos sociais que impõem valores a uma determinada população (Dos Santos, 2001). Compreende-se ser esse núcleo o mais vulnerável pelos processos de exclusões sociais e institucionais, assim como, mais vitimado pelas expressões de violência. A escola ao mesmo tempo que



absorve em seu interior grande parte dos problemas da sociedade, produz e facilita o aparecimento de conflitos e violências a partir da sua organização e lógica de funcionamento, portanto, a função do sistema educacional está em crise, especialmente para camadas menos favorecidas da população (Brancaleoni & Pinto, 2001).

A instituição escolar embora deva corresponder a um espaço de aprendizagem e disciplina, atualmente enfrenta uma dinâmica marcada por determinadas práticas capazes de interferir na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Tendo em vista isso, o ambiente escolar frequentado por diferentes tipos de estudantes, não se mostra preparado para o trabalho com a heterogeneidade e alunos considerados fora do modelo padrão e de perfil ideal (Chrispino & Dusi, 2008). Tendo isso em vista, o objetivo da escola de funcionar como promotora dos indivíduos e das sociedades deixa de ser cumprida, frustrando a expectativa de agir no sentido inclusivo e democrático e mostrando um desalinhamento entre a instituição de ensino e as expectativas sociais associadas a ela.

### 3.3 Inclusão social no sistema educacional

A inclusão, segundo o conceito extraído no dicionário online de português, significa integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão. Podemos entender que socialmente, a inclusão representa a busca pela igualdade entre os diferentes indivíduos que compõem uma determinada sociedade.

O tema da inclusão é de extrema importância no mundo globalizado em que vivemos. É imperioso garantir igualdade de oportunidades para que todos os indivíduos possam se desenvolver integralmente formando e transformando a nossa sociedade, tornando-a mais justa e mais igualitária. Dessa forma, é um tema que tem uma abrangência enorme sendo evidenciada e discutida no âmbito social, buscando a inserção de grupos sociais minoritários ou específicos, que buscam uma maior participação na sociedade.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) vê a inclusão como “uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem” (Unesco, 2005, p. 9). Segundo um documento publicado por esta organização, quatro elementos chave contribuíram para caracterizar a conceituação de inclusão (Unesco, 2005, p. 13), a saber:

- A Inclusão é um processo. Isto significa que a inclusão tem que ser vista como uma procura sem limites para encontrar as melhores formas de responder à diversidade. Significa aprender a viver com a diferença e aprender a aprender com ela. Desta forma, as diferenças passam a ser vistas de uma maneira mais positiva como um estímulo para encorajar a aprendizagem, entre crianças e adultos.
- A Inclusão preocupa-se com a identificação e eliminação de barreiras. Por isso, implica reunir, examinar e avaliar a informação proveniente de uma larga variedade de fontes antes de planejar os melhoramentos em termos de política e de prática. Trata-se de usar vários tipos de evidência para estimular a criatividade e a resolução de problemas.
- A Inclusão visa a presença, a participação e o sucesso de todos os estudantes. Neste caso, “presença” está relacionada com o local onde as crianças são educadas, e com a eficácia e a pontualidade com que o fazem; “participação” refere-se à qualidade das suas experiências enquanto lá estão e, por isso, deve incluir o parecer dos próprios alunos; e “sucesso” tem a ver com os resultados de aprendizagem relativamente ao currículo, e não simplesmente com os resultados dos testes ou dos exames.
- A Inclusão implica uma particular atenção aos grupos de alunos que possam estar em risco de marginalização, exclusão ou mau aproveitamento. Isso mostra a responsabilidade moral de garantir que os grupos que, estatisticamente, estão mais “em risco” sejam cuidadosamente acompanhados, e que, quando necessário, sejam tomadas medidas para garantir a sua presença, participação e sucesso escolar no sistema educativo.

O presente artigo visa discutir a inclusão sob o viés da educação, focando na escola pública. Segundo Sasaki (2007) a inclusão escolar é o processo de adequação da escola para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade,



cada um a partir da realidade com que chega à escola, independentemente de raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências etc. Ao abordarmos o tema da inclusão é importante pontuar que a década de 90 representou um avanço e uma mudança de paradigma da concepção de escola para uma educação inclusiva, a qual consiste em ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas que promovem o direito das pessoas com deficiência de estarem juntas, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (Unesco, 1994; Rodrigues, 2008).

Para Carvalho (2004), a Educação Inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural. A proposta de Educação Inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos, buscando meios e modos de remover barreiras para aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente. O ato de incluir é uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo.

No avanço em direção a inclusão, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) foram importantes na implementação de políticas públicas para a educação inclusiva. A primeira foi realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos objetivou estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários para uma vida digna. Condição essa, insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa. Participaram das discussões a UNESCO e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas Para a Infância), com apoio do Banco Mundial e de várias outras organizações intergovernamentais, regionais e ONGs - Organizações Não-Governamentais - (Menezes, 2001).

O referido documento inclui definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, as metas a serem atingidas relativamente à educação básica e os compromissos dos governos e outras entidades participantes. Dessa forma, em sequência à Conferência Mundial, os países foram incentivados a elaborar Planos Decenais de Educação Para Todos, em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas.

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a condição do acesso educacional é apresentada como sendo imperiosa necessidade de universalizar a escolaridade básica dos indivíduos, independentemente das suas condições de raça, idade, gênero, situação social, crença ou religião. Há um rigor nas prescrições aos grupos considerados minoritários, enfatizando-se que eles "[...] não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais" (Unesco, 1990, p. 5).

A Conferência Mundial de educação especial, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca, trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Esta, reconhece a necessidade e urgência da inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Na introdução é mencionado que o direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e reconfirmado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. É apontado que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, além de uma pedagogia centrada na criança onde todas possam ser beneficiadas incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. Em seguida apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais. Uma das orientações é o estabelecimento de uma educação inclusiva onde o princípio fundamental de uma escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através

de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (Unesco, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 no seu capítulo V trata sobre a Educação Especial. O artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Outras leis, de igual importância, foram criadas ao longo dos anos, aprimorando e/ou incorporando novas demandas e atingindo outros segmentos específicos. A base legal que respalda o processo de inclusão está consolidada, cabe a sociedade exercer pressão junto aos poderes constituídos, para que as leis sejam cumpridas e a inclusão ocorra de forma efetiva.

Vale pontuar, que em se tratando da Educação Especial, de acordo com a Nota Técnica do MEC, SEESP/GAB/Nº11/2010, os sistemas de ensino devem seguir as orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, visando assim a efetivação do direito de todos à educação, reforçando assim uma reforma e reflexão sobre as estruturas educacionais negando assim um ensino e escola excludentes.

Desta maneira, a escola regular assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, em igualdade de condições, numa perspectiva inclusiva.

Segundo Mantoan:

[...] inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele (Mantoan, 2003, p. 16).

Na educação, os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada visando garantir o direito de ir e vir com total autonomia e segurança para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esta garantia é expressa nas leis Federais 10.048/2000 e 10.098/2000 que no seu artigo 1º estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Nesse viés, de acordo com a lei 10.098/2000, as barreiras são definidas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Garantir que as leis sejam devidamente aplicadas, garantir o acesso a grupos excluídos, diminuir as barreiras que limitam a participação, melhorar a acessibilidade, oferecer um currículo diferenciado que atenda as especificidades de cada aluno, oferecer material adequado, capacitar os profissionais envolvidos no processo são algumas das medidas que devem ser tomadas para criar condições favoráveis à inclusão.

Na sequência, vamos discurrir sobre uma escola pública que oferece condições de promover uma educação de qualidade, promovendo a inclusão, neutralizando ou minimizando a violência e contribuindo para reduzir as desigualdades sociais. Sabemos que esta escola é uma exceção diante da crise que enfrentamos na Educação Pública. Rogamos para que haja uma mudança de postura dos nossos governantes e que a Educação passe a ser uma prioridade. Desta forma, com investimentos e uma boa gestão, transformaremos a educação no nosso país.

### **3.4 Uma Instituição Escolar pensada e executada para ser modelo de Educação no Brasil**

O Complexo Educacional e Esportivo de Excelência e Qualidade de Ensino Professor Darcy Ribeiro (C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro) nasceu de um sonho de um candidato a prefeito de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2000. Francisco Carlos Ribeiro acreditou que a educação seria a única maneira de promover a transformação da cidade. Em 2001, já então prefeito, iniciou as obras, investindo 40% do orçamento em construção e reforma de 59 escolas. Uma delas, um complexo desportivo. Em fevereiro de 2003, foi então inaugurada a maior escola pública até então construída no país, o C.E.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro com 1050 alunos, destinada ao Ensino Infantil e Fundamental, com pista de atletismo, piscina semiolímpica e diversas quadras. Alguns nomes de pessoas ilustres no município estudaram no Darcy Ribeiro, inclusive a atual prefeita que reformou todo o complexo escolar em seu primeiro mandato, de 2016 a 2020. Em 2020, parte desta Unidade Escolar foi cedida ao Estado, após assembleia do Conselho Municipal de Educação e foi instalado o Colégio Estadual Sargento PM Antônio Carlos Oliveira de Moura, com vocação cívico militar, horário integral nos três anos do Ensino Médio. Ambas as instituições, dividem as dependências das instalações desportivas.

Hoje, em 2022, ainda é uma referência de ensino no município, que valoriza a educação de forma integral. O acesso às vagas ofertadas, anualmente pela prefeitura aos alunos é feita de maneira virtual, no site da Secretaria de Educação e os alunos contemplados são matriculados, seguindo a pré-inscrição online, com o critério de proximidade de suas moradias. Os alunos com deficiências são matriculados com prioridade.

São 24 salas de aula, da direção, dos professores, Laboratório de Informática e Ciências, sala de Recursos Multifuncionais, salas de Língua Portuguesa e Produção Textual, Matemática e Geometria, Vídeo e Arte, Auditório, Secretaria, quadra de esportes coberta e descoberta, piscina semiolímpica, pista de Atletismo oficial, cozinha, biblioteca, Sala de Leitura, vestiários com chuveiros, banheiros, banheiro adaptado à Educação infantil e às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, refeitório, despensa, almoxarifado, pátios coberto e descoberto, área verde e calçada acessível em todas as dependências.

A escola oferece alimentação diária para os alunos. Dispõe também de internet banda larga, televisões, DVD, copiadora, notebook, impressora, aparelho de som, projetor multimídia (Datashow) e lousa digital. As turmas estão organizadas em três turnos, com as seguintes segmentações: Atendimento Educacional Especializado AEE (2 turmas), Ensino Fundamental (36 turmas, com média de 30 alunos por turma) e EJA (Educação de Jovens e Adultos) Ensino Fundamental-Anos finais (4 turmas, com média de 15 alunos por turma).



A equipe técnico científica de apoio é composta por: diretor e diretor adjunto, orientação educacional (sendo 1 com deficiência) e pedagógica, coordenadores de turno e professores de Educação Básica (sendo 5 com deficiências). Alguns professores, orientadores educacionais e pedagógicos possuem o título de mestre e doutor. Todos os funcionários desta unidade escolar são efetivos, admitidos segundo concurso público. Cozinheiras, merendeiras, auxiliar de serviços gerais, inspetores, secretários, auxiliar administrativo e porteiro.

- Total de alunos matriculados no ano de 2022: 764
- Total de alunos com deficiências: 29
- Total de funcionários: 148

Nos dias atuais, o Colégio, após a divisão ocorrida em 2020 tem a capacidade de atender mais de 800 alunos, divididos nas seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Ensino Fundamental – Anos Finais, Regular e EJA.

A unidade Escolar possui uma área de 10.940 m<sup>2</sup>, com ampla vocação para o desenvolvimento de habilidades desportivas visando o desenvolvimento físico e emocional de nossos alunos e é nesse cenário que esta pesquisa foi desenvolvida, visando a inclusão social, minimizando os fatores que contribuem para todos os tipos de violência que ocorrem, principalmente no ambiente escolar. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento referencial norteador das ações pedagógicas que tem como objetivo principal orientar a equipe pedagógica da organização e funcionamento de todos os procedimentos didáticos, possibilitando a participação e a construção coletiva do processo educativo, sempre tendo nosso aluno como sujeito principal da aprendizagem, com diálogos reflexivos constantes. Para Paulo Freire, o diálogo é:

(...) uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os seres humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a refazem (Freire, 2014, p. 64).

### 3.5 A importância de uma gestão educacional comprometida com uma educação de qualidade

A unidade escolar possui uma gestão educacional com postura firme, objetiva, clara e democrática em relação a casos de violência, exclusão social e desigualdades sociais. Há poucos casos ocorridos e a direção atua convocando a sua equipe pedagógica, orientadores educacionais e pedagógicos e o responsável pelo discente, resolvendo com medidas efetivas de reflexão e responsabilidades com a formação integral do aluno. Uma rede de apoio para atender e auxiliar na formação do sujeito. Há solicitação também de colaboração e efetiva abordagem de órgãos específicos e atuantes como por exemplo o Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) com profissionais da área de assistência social e psicólogos e o Conselho Tutelar.

Há palestras esclarecedoras e reflexivas nas reuniões pedagógicas, que são realizadas uma vez por mês, visando minimizar atitudes e ações de violência, desigualdades sociais e exclusão social, com profissionais capacitados, como psicólogos e Conselho Tutelar, alertando e relatando sobre possíveis sinais de violência de vários tipos, atitudes e ações que levam a exclusões sociais.

O corpo discente também é orientado e recebe, diariamente, palavras de autoestima e responsabilidades, direitos e deveres no ambiente escolar, na hora da entrada dos tumos, onde formam e são recebidos pela direção escolar. Na hora da saída, o gestor educacional, auxilia na evasão dos alunos, formando-os e direcionando-os aos transportes escolares que chegam, sem tumulto, um ônibus por vez. Os alunos só saem da escola, sozinhos, com autorização, por escrito.

Atitudes e ações de violência, exclusão social e indisciplinas não são permitidos e os alunos percebem que estão acolhidos e que o diálogo é a forma correta de expressarem se.

Diante deste modelo de educação pública, de qualidade, é possível afirmar que sempre é possível acreditar e investir na educação pública como modelo de referência. O C.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro, ainda hoje, prova que compromisso,

responsabilidade e gestão educacional formam uma tríade de sucesso. Nossos alunos e toda a sociedade são contemplados com o que preza a nossa Constituição a respeito dos direitos e deveres do cidadão.

A educação pública brasileira possui um nível de qualidade muito inferior em comparação com o ensino privado. Com a pandemia esta desigualdade ficou mais evidente e também se tornou maior ainda. Um efeito importante consequente da pandemia e do encerramento presencial das instituições escolares foi a desocultação das desigualdades sociais, especialmente aquela relacionada ao acesso a computadores e internet (Andrew et al., 2020). Concomitante a isso, houve um conjunto de elementos de caráter social que foram evidenciados e que influenciaram no aspecto educacional como as condições de habitabilidade dos estudantes e a satisfação de necessidades básicas como a alimentação. Tais limitações evidenciam que os estudantes não apresentavam as mesmas condições para assistir as aulas on-line ou para realizar as tarefas escolares (Di Pietro et al., 2020). Assim, tal aspecto deve receber um olhar especial dos decisores/as e políticos/as, sob o risco de favorecer a contribuição de um agravamento das desigualdades sociais e o não reforço do papel da escola como importante veículo de mobilidade social (Muchaco, Vilhena & Valadas, 2021).

Isto posto, compreendemos que os professores precisam utilizar o espaço pedagógico como ferramenta de reflexão e transformação de uma sociedade mais participativa, solidária, inclusiva e menos violenta, atuando em prol de cidadãos pensantes e participativos, com instituições públicas, de qualidade, para todos. Políticas Públicas mais efetivas, voltadas à educação, minimizando as injustiças sociais, a pobreza, a desigualdade e, conseqüentemente a exclusão social e a violência.

#### **4. Considerações Finais**

A partir da compreensão a respeito da origem de elementos da exclusão social e institucional que afetam especialmente núcleos mais vulneráveis e mais vitimados da população estar associado a fatores externos, fruto do conjunto estrutural da sociedade brasileira, a escola não se encontra alheia a tais fatores e, desse modo, pode favorecer o surgimento de conflitos e formas inúmeras de violência a partir da sua lógica de organização e funcionamento. Nesta perspectiva, compreendemos que uma educação inclusiva total se relaciona não apenas ao fato de garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, nem estritamente relacionado aos alunos com algum tipo de deficiência. Tomar a escola acessível não significa a efetivação de uma educação inclusiva integral, mas a garantia de uma educação acessível a todos onde todas as singularidades e diferenças sejam respeitadas, estaria relacionada a inclusão no sentido mais amplo e eficaz, agindo em sentido não somente inclusivo, como democrático. Assim, garantir oferta de acesso à escola não está diretamente relacionado ao acesso ao conhecimento. Considerando a realidade do sistema educacional brasileiro caracterizado por significativas desigualdades na distribuição de renda, além de práticas ineficientes e desiguais de oferta de serviços educacionais juntamente com a escassez de políticas inclusivas de Estado, percebe-se que tal conjuntura caminha no sentido contrário de promoção de uma sociedade democrática e com mais equidade.

Compreendemos, desse modo, que a educação afetada pelos processos de desigualdade social interfere na formação do indivíduo enquanto cidadão, haja vista que os excluídos de uma boa qualidade de ensino e com intenções inclusivas em todos as esferas educacionais encontram-se destinados a um ciclo de desigualdades. Desse modo, a educação é aqui entendida como importante ferramenta de combate às desigualdades, exclusões sociais e redução das diferentes formas de violência, sendo capaz de proporcionar melhores expectativas de vida aos indivíduos, especialmente no aspecto econômico, através de condições mais igualitárias e justas. Ademais, viu-se que o fenômeno da violência se encontra diretamente relacionado aos processos de desigualdade social, afetando assim, o sistema educacional brasileiro. Tendo em vista que a instituição escolar se configura como um dos primeiros espaços de socialização e aquisição do conhecimento, almeja-se que esta seja um ambiente acolhedor, de convivência pacífica e não violenta. Posto isso, conclui-se a partir da compreensão de que o processo de

escolarização deva ter como foco principal os seus estudantes, entendidos como cidadãos de direitos, que ainda o que se percebe é uma educação que não sabe lidar com as diferenças entre os seus membros: habilidades, diversidade cultural, condição social e expectativas. Neste viés, a diversidade dos seus sujeitos seja por raça, religião, gênero, orientação sexual, capacidades, dentro outros, ainda é tratada de maneira desigual e discriminatória pelo sistema educacional brasileiro não sendo contemplada em suas instituições sociais por políticas públicas de Estado.

Cabe ressaltar que não entendemos a educação como caminho unilateral para justiça social e a erradicação da violência, entretanto, ela é indispensável para o esforço de diminuição das diferentes expressões da violência como a discriminação social, a negação de direitos essenciais, a intolerância, entre outros, essenciais para o exercício da cidadania e ampliação da democracia. O que se pretende são instituições escolares que favoreçam o processo de qualificação da cidadania através da construção de conhecimentos, ideias e valores indispensáveis para uma sociedade mais justa, solidária e integrada, capaz de alcançar a heterogeneidade dos seus componentes, diminuindo assim, os processos de exclusão social que atingem especialmente alguns grupos sociais considerados mais vulneráveis.

Nesse sentido, compreendemos que a inclusão deve acontecer em todas as suas dimensões almejando, dessa forma, a diminuição significativa de formas de preconceitos e exclusões para uma convivência em sociedade mais harmoniosa e justa. Embora o caminho pareça árduo e longo, o processo de inclusão amplo e irrestrito mostra-se como uma possibilidade de reversão do quadro atual de grande parte das escolas públicas brasileiras, desse modo, não é suficiente a abertura de possibilidade de acesso à escola para os diferentes grupos sociais, mas sim, a transmissão de novos conhecimentos que alcancem a todos.

Conseqüentemente, este estudo pretende corroborar que é possível a prática e implementação de instituições de ensino comprometidas com a educação pública, de qualidade, redução de vários tipos de violência, exclusão social e desigualdades sociais, que podem servir de referência e modelo, com práticas pedagógicas e metodologias ativas de aprendizagem inclusivas, possíveis em instituições de ensino públicas, nas três esferas, municipal, estadual e federal, com acessibilidade e condições estruturais, físicas e pessoal que contemple a todos, indiscriminadamente, visando assim, o desenvolvimento completo do aluno, em todas as suas dimensões, rompendo assim, com visões educacionais reducionistas que privilegiam determinadas dimensões em detrimento de outras.

Sugerimos assim, futuros estudos onde a legislação vigente sirva de caminho norteador aos sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem para que se tomem protagonistas de sua própria história, reconhecendo-se como pessoa com direitos e deveres, minimizando assim a exclusão social, a violência e as desigualdades sociais.

Finalizando, gostaríamos de salientar que nossas reflexões não tentaram relatar e enumerar as possíveis proporções e especificações das desigualdades sociais, exclusão e inclusão e violência que ocorrem nas escolas públicas, mas sinalizar que Políticas Públicas podem atuar de maneira efetiva na vida das pessoas, corroborando com uma sociedade mais justa e igualitária, na escola, em casa e em todos os ambientes.

## Referências

- Abramoavay, M., & Rua, M. G. (2002). *Violência nas escolas*. Brasília: Unesco
- Abramovay, M. (2002). *Escola e violência*. Brasília: Unesco.
- Abramovay, M., & Castro, M. G. (2006). *Caleidoscópio das violências nas escolas*. Brasília: Missão Criança.
- Abramovay, M., Castro, M. G., & Waiselfisz, J. J. (2015). *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?*. Brasília-DF: Flacso-Brasil, Oei, Mec.
- Abramovay, M., Valverde, D. O., & Barbosa, D. T. (2006). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO. Observatório de violência nas
- American Psychological Association. (2012). *Manual de publicação da APA*. Porto Alegre: Penso.



- Alves, M. T. G. (2020). Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 189-214. <https://doi.org/10.1590/0102-189214/110>
- Andrew, A., Cattán, S., Costa Dias, M., Farquharson, C., Kraftman, L., Krutikova, S., ... & Sevilla, A. (2020). Desigualdades nas experiências das crianças de aprendizado em casa durante o bloqueio do COVID-19 na Inglaterra. *Estudos fiscais*, 41 (3), 653-683. <https://doi.org/10.1111/1475-5890.12240>
- Arenhart, D., & Silva, M. R. da (2014). Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. *Cadernos CERU*, 25(1), 59-82. <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v25i1p59-82>
- Assis, S. G. D., Constantino, P., & Avanci, J. Q. (2010). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Editora Focruz. <https://doi.org/10.7476/9788575413302>
- Barbosa, C. D. A. (2001). Educação física escolar: as representações sociais. *Rio de Janeiro: Shape*, 21-39.
- Brancaleoni, A. P., & Pinto, J. M. (2001). Um olhar sobre diferentes formas de enfrentar a violência escolar: uma abordagem etnográfica. *Cadernos de Educação, Pelotas*, (16), 139-160. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/6594/4578>
- Brasil (2004). Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)
- Brasil. (1996). Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)
- Brasil. (2018). *Censo Escolar 2017*. Brasília: INEP.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Nota Técnica nº11/2010, de 07 de maio de 2010*. Dispõe sobre Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas regulares. MEC/SEEP, 2010. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192)
- Carvalho, I. F. d., & Treviso, V. C. (2021). A desigualdade social e suas implicações no sistema educacional brasileiro. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, 1, 126-139. <https://www.unifafibe.com.br/cadernodeeducacao/?pagina=sumario&educacao=103&autor=carvalho>
- Carvalho, R. E. (2004). *Educação inclusiva com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação.
- Castro, J. A. D. (2009). Evolução e desigualdade na educação brasileira. *Educação & Sociedade*, 30, 673-697. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>
- Cavalcanti, C. R. & Oliveira, R. F. (2019). Mecanismos redistributivos na assistência financeira da união no âmbito da educação básica. *Educação em Revista*, v. 35, p. e194676. <https://doi.org/10.1590/0102-4698194676>
- Chrispino, A., & Dusi, M. L. H. M. (2008). Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 16, 597-624. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000400007>
- Conceição, V. L. D., & Zamora, M. H. R. N. (2015). Desigualdade social na escola. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32, 705-714. doi:10.1590/0103-166X2015000400013
- Cury, C. R. J. (2005). Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, 35, 11-32. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>
- Da Silva Leme, M. I. (2009). A gestão da violência escolar. *Revista Diálogo Educacional*, 9(28), 541-555. <https://doi.org/10.7213/rde.v9i28.3322>
- De Sousa, L. M. M., Firmino, C. F., Marques-Vieira, C. M. A., Severino, S. S. P., & Pestana, H. C. F. C. (2018). Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, 1(1), 45-54. <https://doi.org/10.33194/rper.2018.v1.n1.07.4391>
- Dias, É., & Pinto, F. C. F. (2019). Educação e sociedade. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 27, 449-454. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701041>
- Di Pietro, G., Biagi, F., Costa, P., Karpiński, Z., & Mazza, J. (2020). *O provável impacto do COVID-19 na educação: reflexões baseadas na literatura existente e conjuntos de dados internacionais recentes* (Vol. 30275). Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. <http://dx.doi.org/10.2760/126686>
- Dos Santos, J. V. T. (2001). A violência na escola, uma questão social global. *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*, 117-133. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gv/20101109035918/5dossantos.pdf>
- Ferreira, C. D. S. (2010). *Práticas de Violência no Espaço Escolar do Distrito Federal: uma interpretação do fenômeno nas aulas de educação física*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) -Universidade de Brasília, Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8523>
- Freire, P. (2014). *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Garcia, A., & Yannoulas, S. (2017). Educação, pobreza e desigualdade social. *Em Aberto*, 30(99). <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.30i99.3262>
- Gentili, P., & Alencar, C. (2003). *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petropolis: Vozes.

- Gomes, M. P., & Duarte, A. J. (2019). *Desigualdade social e o direito à educação no Brasil: reflexões a partir da reforma do ensino médio*. Revista Inter Ação, 44(1), 16–31. <https://doi.org/10.5216/ia.v44i1.55708>
- Gomes, N. L. (2012). Desigualdades e diversidade na educação. *Educação & Sociedade*, 33, 687-693. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300002>
- Gonçalves, L. A. O., & Sposito, M. P. (2002). Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, 101-138. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100004>
- Graciani, M. S. S. (1995). Gangues: um desafio político-pedagógico a ser superado. In: Silva, L. H. & Azevedo, J. C. (orgs.). *Reestruturação curricular*. Petrópolis: Vozes.
- Guzzo, R. S. L., & Euzébio Filho, A. (2005). Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos sobre Educação*, 4(2), 39-48. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005)
- Inclusão. In: DICIO (2020). *Dicionário Online de Português*. <https://www.dicio.com.br/inclusao/>.
- Koller, S. H., de Paula Couto, M. C. P., & Von Hohendorff, J. (2014). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso Editora.
- Lippelt, R. T. (2004). *Violência nas aulas de educação física: estudo comparado entre duas escolas da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasil. <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/978>
- Machado, D. V. B. (2017). *Reflexões acerca das manifestações de violências nas aulas de educação física escolar da rede municipal de ensino de Florianópolis: o sentido da experiência docente*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, SC, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186517>
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna
- Mello, G. N. D. (1991). Políticas públicas de educação. *Estudos Avançados*, 5, 7-47. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>
- Menezes, E. T., de V. (2001). Conferência de Jomtien. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil*, São Paulo, Brasil. <https://www.educabrasil.com.br/conferencia-de-jomtien/>
- Moreira, G. M. M., & Nonato, G. A. (2015). Educação brasileira: as interferências da desigualdade social. *Revista de Educação Dom Alberto*, 1(8), 86-98. <https://revista.domalberto.edu.br/educacaodomalberto/article/view/228>
- Muchacho, L., Vilhena, C., & Valadas, S. T. (2021). COVID-19 e desigualdades escolares. *Educação, Sociedade & Culturas*, 59. <https://scholar.archive.org/work/7mkomusbrfs5mcbwuyapkb4/access/wayback/https://ojs.up.pt/index.php/esc/article/download/342/322>
- Paula e Silva, J. M. A. D., & Salles, L. M. F. (2010). A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. *Educar em Revista*, 217-232. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000500013>
- Priotto, E. P., & Boneti, L. W. (2009). Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Revista Diálogo Educacional*, 9(26), 161-179. <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189115658012.pdf>
- Ribeiro, J. L. P. (2014). Revisão de investigação e evidência científica. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 15(3). <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150309>
- Rodrigues, DA (2008). Educação Física em relação à educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Jornal de Educação Física*, 14 (1), 67-73. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3649>
- Ruotti, C., Alves, R., & Cubas, V. D. O. (2007). *Violência na escola: um guia para pais e professores*. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Santos do Nascimento, I., & Cerqueira dos Santos, P. (2020). A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil. *Cadernos De Administração*, 28, 122-130. <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53834>
- Sasaki, R. K. (2007). O direito à educação inclusiva, segundo a ONU. *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Brasília: Corde, 399-414.
- Silva, A. M. M. (1997). A violência na escola: a percepção dos alunos e professores. *Série Idéias*, (28), 253-67. [http://www.cmaniocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_28\\_p253-267\\_c.pdf](http://www.cmaniocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p253-267_c.pdf)
- Souza, M.R. (2008). Violência nas escolas: causas e consequências. *Caderno Discente do Instituto Superior de Educação*. Aparecida de Goiânia 2(2): 119-136. <http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/pesquisa/Artigo%20VIOL%C3%8ANCIA%20NAS%20ESCOLAS%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%8ANCIAS.pdf>
- Sposito, M. P. (2013). A instituição escolar e a violência. *Cadernos De Pesquisa*, (104), 58–75. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/717>
- Sposito, M. P. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e pesquisa*, 27, 87-103. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000100007>
- Stobás, C. D. (2003). *Educação especial: em direção à educação inclusiva*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Taquette, S. R., & Borges, L. (2020). *Pesquisa qualitativa para todos*: Vozes.



Unesco. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtiem, Tailândia. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por)

Unesco. (1994). *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Corde. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

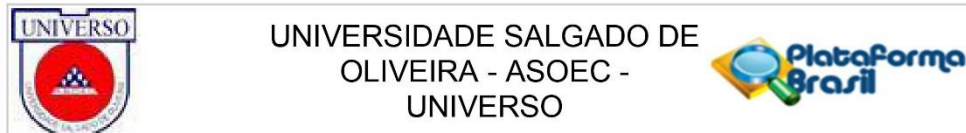
Unesco. (2005). *Orientações para a Inclusão: garantindo o acesso a todos*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. <https://docplayer.com.br/16418248-Garantindo-o-acesso-a-educacao-para-todos-unesco.html>

Vendrami, L., Oliveira, F., & Tyeko Anami, K. (2021). A desigualdade social e a educação no Brasil: uma revisão de literatura. *Metodologias E Aprendizado*, 4, 390–398. <https://doi.org/10.21166/metapre.v4i.2272>

Yannoulas, S. C. (2013). *Política Educacional e Pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Editora Liber Livro.

Zagury, T. (2006). *O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

## ANEXO 1 - Termo de Autorização do Comitê de Ética



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Inclusão Social das Pessoas com Deficiência através do Atletismo

**Pesquisador:** Regina Célia Couto Catarino

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 52945421.5.0000.5289

**Instituição Proponente:** ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA

**Patrocinador Principal:** ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.290.364

**Apresentação do Projeto:**

O objetivo desta pesquisa é identificar a mudança de comportamento e melhorias nas áreas físicas, psicomotoras e sociais de alunos com deficiências após a integração dos mesmo nas aulas regulares de Educação Física, utilizando o Atletismo como catalizador num projeto no contra turno escolar.

**Objetivo da Pesquisa:**

Investigar os efeitos de um projeto de inclusão social envolvendo o Atletismo, sobre aspectos psicomotores e sociais de alunos com deficiências da escola pública municipal de Araruama, RJ, C.E.E.Q.E. Professor Darcy Ribeiro.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Foram citados os riscos e benefícios do exercício, e não da pesquisa. O projeto prevê entrevistas através de google meet, com alunos e professores de educação física; os riscos incluem constrangimento ao responder a alguma pergunta, e a voluntariedade é citada como garantia no TCLE; os benefícios aos participantes são indiretos, e incluem maior conhecimento científico sobre o assunto por parte da comunidade acadêmica.

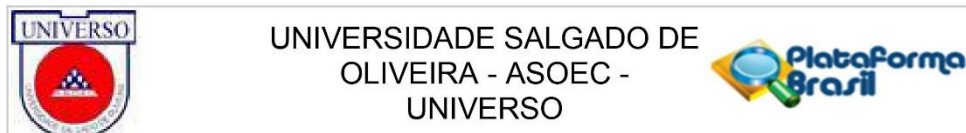
**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Solicitações anteriores atendidas

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de rosto – ok

**Endereço:** MARECHAL DEODORO, 263 Bl. B - térreo, a sala fica ao final do corredor do térreo  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 24.030-060  
**UF:** RJ **Município:** NITEROI  
**Telefone:** (21)2138-4983 **E-mail:** cepuniverso@nt.universo.edu.br



Continuação do Parecer: 5.290.364

Carta de anuência – ok

Projeto (brochura) – ok; descritos os instrumentos metodológicos a serem utilizados

Riscos e benefícios – recomenda-se ajustar para riscos e benefícios da resposta à pesquisa, não do exercício

Cronograma – ok

Orçamento - ok

TCLE – ok

**Recomendações:**

Riscos e benefícios – ajustar para riscos e benefícios da resposta à pesquisa, não do exercício

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1851440.pdf	24/02/2022 18:14:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhado.docx	24/02/2022 18:14:24	Regina Celia Couto Catarino	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	24/02/2022 18:13:50	Regina Celia Couto Catarino	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	22/01/2022 21:51:45	Regina Celia Couto Catarino	Aceito
Declaração de concordância	TermodeAunencia.pdf	18/11/2021 22:21:12	Regina Celia Couto Catarino	Aceito

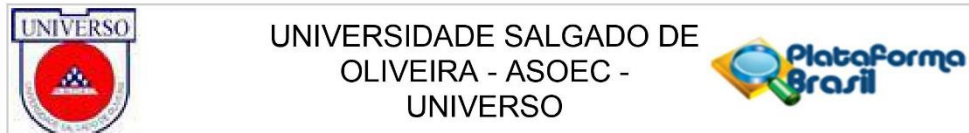
**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** MARECHAL DEODORO, 263 Bl. B - térreo, a sala fica ao final do corredor do térreo  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 24.030-060  
**UF:** RJ **Município:** NITEROI  
**Telefone:** (21)2138-4983 **E-mail:** cepuniverso@nt.universo.edu.br



Continuação do Parecer: 5.290.364

NITEROI, 14 de Março de 2022

---

**Assinado por:**  
**SUZIANE HERMES DE MENDONCA SOARES**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** MARECHAL DEODORO, 263 Bl. B - térreo, a sala fica ao final do corredor do térreo  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 24.030-060  
**UF:** RJ **Município:** NITEROI  
**Telefone:** (21)2138-4983 **E-mail:** cepuniverso@nt.universo.edu.br

## ANEXO 2 - Relatório de Autenticidade da Dissertação – CopySpider



Versão do CopySpider: 2.1.1

Relatório gerado por: regina.coutocouto@gmail.com

Modo: web / normal

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf">https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf</a>	956	3,07
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://www.scielo.br/j/sausoc/a/N9HvQRc6CfvzkG6XnCyvCNg">https://www.scielo.br/j/sausoc/a/N9HvQRc6CfvzkG6XnCyvCNg</a>	432	2,00
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2020/02/documento-orientador-dos-procedimentos-da-educacao-especial-2020-6-edicao-atualizada-em-18-de-fev-2020.pdf">https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2020/02/documento-orientador-dos-procedimentos-da-educacao-especial-2020-6-edicao-atualizada-em-18-de-fev-2020.pdf</a>	767	1,77
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="http://www.bengalalegal.com/mantoan">http://www.bengalalegal.com/mantoan</a>	409	1,77
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15829/1/2015_ReginaDeJesusDosSantos_tcc.pdf">https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15829/1/2015_ReginaDeJesusDosSantos_tcc.pdf</a>	406	1,67
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/14628/1/DM_D%C3%A9boraPhilipsen_2018.pdf">https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/14628/1/DM_D%C3%A9boraPhilipsen_2018.pdf</a>	774	1,48
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TABALHO_EV127_MD1_SA10_ID1785_23072019184931.pdf">https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TABALHO_EV127_MD1_SA10_ID1785_23072019184931.pdf</a>	233	1,14
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n13/artigo3.pdf">https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n13/artigo3.pdf</a>	233	1,09
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Pedagogia/Inclus%C3%A3o-escolar-na-escola-Bem-Quer-em-683475.html">https://www.trabalhosgratuitos.com/Sociais-Aplicadas/Pedagogia/Inclus%C3%A3o-escolar-na-escola-Bem-Quer-em-683475.html</a>	109	0,60
Dissertação Regina Versão Final.docx X <a href="https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/f3110493-17">https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/f3110493-17</a>	46	0,26
<b>Arquivos com problema de download</b>		
<a href="https://www.confef.org.br/confef">https://www.confef.org.br/confef</a>	Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Connection timed out: connect	
<a href="https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research">https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research</a>	Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Erro: Parece que o documento não existe ou não pode ser acessado. HTTP response code: 403 - Server returned HTTP response code: 403 for URL: <a href="https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research">https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research</a>	



=====

**Arquivo 1:** Dissertação Regina Versão Final.docx (16887 termos)

**Arquivo 2:** <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> (15121 termos)

**Termos comuns:** 956

**Similaridade:** 3,07%

**O texto abaixo é o conteúdo do documento** [Dissertação Regina Versão Final.docx \(16887 termos\)](#)

**Os termos em vermelho foram encontrados no documento**

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> (15121 termos)

=====

REGINA CELIA COUTO CATARINO

INCLUSÃO SOCIAL **DAS PESSOAS COM** DEFICIÊNCIAS ATRAVÉS DO ATLETISMO

Niterói  
2022

REGINA CELIA COUTO CATARINO

INCLUSÃO SOCIAL **DAS PESSOAS COM** DEFICIÊNCIAS ATRAVÉS DO ATLETISMO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Atividade Física.